

SÉRIE ESPECIAL Nº 2

Políticas e Estruturas de Acolha de Migrantes nas Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Coordenador: Prof. Carlos Bernardo Vainer  
Relatório de Pesquisa

Junho /82

2º PARTE

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional  
Edifício da Reitoria - 5º andar - sala 543  
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro  
Cep. 21.910 - RJ: Fone: 230.2112 n.224 ou 590.1191

CAPÍTULO 5ESTRUTURAS MUNICIPAIS

Neste capítulo serão tratadas as estruturas vinculadas às Prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo, e, em particular, as subordinadas a seus órgãos de ação social.

No Capítulo 2 já se fez referência ao fato de encontrarem-se estas duas Prefeituras relativamente marginalizadas das políticas migratórias vigentes a nível estadual. Esta situação reflete-se, evidentemente, em sua ação, inexistindo órgãos ou programas voltados especificamente para a população migrante. Isto explica que as poucas estruturas que se julgaram interessantes para este projeto incluam-se no tipo de estruturas classificadas como *implícitas*, ou seja: acolhem migrantes embora de forma não consciente e sistematizada.

5.1 - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

No âmbito do Governo Municipal do Rio de Janeiro, o órgão encarregado da promoção do bem-estar social é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMD. Criada em 1979, pela Lei Municipal nº 110, veio preencher uma lacuna existente desde 1975, pois o Governo da fusão havia extinguido as Secretarias de Serviços Sociais dos antigos Estados do Rio e Guanabara, sem que, em contrapartida, fossem suas atribuições entre gues a algum órgão da administração municipal.

A finalidade da SMD é "promover o bem-estar social, a-

través de iniciativas próprias, assim como dar articulação a programas e ações vinculadas ao poder público ou à iniciativa privada, visando eliminar ou, pelo menos, reduzir as desigualdades sociais existentes. Cuida, também, da promoção de estudos e pesquisas sobre o universo social da cidade do Rio de Janeiro, voltada para uma correta definição de prioridades para o bem-estar social da população"<sup>(1)</sup>.

Através de sua Coordenação do Bem-Estar Social, desenvolve programas de apoio à população carente do município, que são os seguintes:

- Programa creches-casulo;
- Projeto famílias solidárias;
- Programa de Integração Profissional Comunidade-Empresa - PIPCE ("posto de emprego");
- Projeto lazer;
- Assessoramento às obras sociais;
- Plantão de apoio social à comunidade ("plantão social").

Nenhum dos programas atualmente em execução visa explicitamente a população migrante. Não obstante, dois deles, pela sua natureza e abrangência, foram considerados de interesse para os objetivos do presente projeto: o "posto de emprego" e o "plantão social".

#### 5.1.1 - Programa de Integração Profissional Comunidade - Empresa - PIPCE.

(1) Extraído de texto explicativo do funcionamento da Secretaria, fornecido à equipe deste projeto.

Também conhecido como "posto de emprego", o PIPCE foi criado com o objetivo de suprir a lacuna existente nas relações entre oferta e demanda de trabalhadores de maneira a, contrariamente ao que ocorre com as agências de emprego privadas, favorecer o lado da oferta, em particular, das pessoas sem qualificação profissional e baixo nível de escolaridade. Sua proposta é de constituir-se "em uma fonte vigorosa de informações" <sup>(2)</sup> para aquela clientela que não sabe onde nem como se empregar.

As atividades dos "postos de emprego" tiveram início em 1979 e foram implantadas nos Serviços Sociais Regionais de doze Regiões Administrativas. O funcionamento previsto é o seguinte: "atender candidatos que procuram os postos, cadastrá-los, contactar as empresas na Região e verificar o número de vagas em diversas ocupações por elas oferecidas e encaminhar os candidatos às empresas, após uma pré-seleção, para o preenchimento destas vagas" <sup>(3)</sup>.

É claro que um programa desta natureza esbarra em sérias limitações, decorrentes da estruturação do mercado de trabalho e da atual conjuntura. Sua pequena eficácia tem decorrido, no entanto, também de deficiência internas ao programa, como as que foram apontadas no relatório já citado <sup>(4)</sup>:

1º) o contacto com as empresas não tem sido feito de forma sistemática;

---

(2) PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COORDENAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL, ASSESSORIA DE PROJETOS; Projeto: Programa de Integração Profissional Comunidade-Empresa PIPCE ("Posto de Emprego"); 1980, pag. 3.

(3) Idem, ibidem; pag. 5.

(4) Idem, ibidem, v. também Idem; Relatório de Atividades - 1º Semestre de 1981.

- 29) há insuficiência de pessoal envolvido nas atividades do programa - muitos acumulam tarefas;
- 39) há incapacidade em fornecer encaminhamentos alternativos ao candidato.

Além destas dificuldades, acrescente-se que o PIPCE ainda não encontrou uma forma eficaz de acompanhamento, não tendo nenhum registro do número de candidatos que foram realmente admitidos após os encaminhamentos.

Não há informações sobre o volume da população migrante atingida. Durante a execução deste projeto, fez-se a tentativa de implantar, temporariamente, um instrumento que permitisse identificar de forma precisa o status migratório da clientela, mas não se logrou resultado.

Com relação a esta clientela, no entanto, é bem provável que ela não reflita o número efetivo de migrantes que poderiam perfeitamente ser atendidos pelo programa: Isto se deve principalmente a que os "postos de emprego" são pouco divulgados e encontram-se, grande parte deles, mal localizados e pouco accessíveis.

Em conclusão, pode-se, pois, afirmar que o potencial de um programa como o PIPCE ainda não foi inteiramente explorado. Em particular, no que se refere aos migrantes, um pequeno número de adaptações poderia vir a torná-lo uma estrutura de acolha que contribuisse efetivamente para reduzir as desvantagens com que os recém-chegados concorrem ao mercado de trabalho.

### 5.1.2 - Plantão dos Serviços Sociais Regionais

Este programa, também conhecido pela designação mais simples de "Plantão Social", tem por função principal "apoiar aqueles que procuram seu auxílio, buscando soluções, sempre que possível, no âmbito da própria comunidade"<sup>(5)</sup>. Sua atividade fundamental concentra-se no estabelecimento de um diagnóstico social e o fornecimento de orientações e encaminhamentos.

Foram objeto de levantamento os "plantões" de oito RAs<sup>(6)</sup>. Verificou-se que, como no PIPCE, não existe praticamente nenhum nível de identificação de uma problemática específica do migrante, diferenciando-o do conjunto da clientela. Isto ocorre apesar de nestes plantões (assim como no da RA da Lagoa) terem sido implantados postos de coleta do SIMI - Sistema de Informações sobre Migrações Internas, constante do Programa Estadual de Migrações Internas<sup>(7)</sup>. Os assistentes sociais receberam treinamento da FAPERJ para o preenchimento dos formulários, o que indica que, pelo menos deste ponto de vista, deveria haver uma preocupação explícita com o migrante.

A maioria dos técnicos, quando questionados, respondem que pelo plantão não passam migrantes. Tal resposta, evidentemente não corresponde à realidade, tanto mais que as definições de migrante recolhidas entre estes técnicos são bastante amplas: migrantes são aqueles que, vindos de outros estados ou municípios, vivem na cidade. A variável tempo de permanência

(5) PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COORDENAÇÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL. Avaliação e Expansão do Plantão dos Serviços Sociais Regionais; 1980, pag. 1.

(6) Bangu, Campo Grande, São Cristóvão, Penha, Centro, Jacarepaguá, Copacabana e Zona Portuária.

(7) V. Capítulo 2.

não ocupa lugar muito importante nestas definições, mas após insistência, as respostas variam: de 3 meses até 5 anos ou mais. Nestas condições, parece realmente inacreditável que não passem migrantes pelos "plantões"; o que ocorre, simplesmente, é que tal status não parece ser relevante para os responsáveis pela execução do programa.

Neste sentido, não surpreende que o SIMI não seja seriamente executado. Os postos de coleta foram implantados, os entrevistadores foram treinados, os formulários de coleta encontram-se disponíveis, mas as informações não são coletadas. A razão desta resistência, consciente ou inconsciente, encontra-se, como já referido no Capítulo 2, no total descompromisso dos assistentes sociais com o SIMI. Ao não reconhecerem nele nenhuma utilidade, sentem-se perfeitamente à vontade para sua omisão. Soma-se a isto o fato de os técnicos confundirem-se grandemente quanto ao emprego da categoria *migrante*. Em mais de uma oportunidade encontraram-se assistentes sociais que ao explicarem por que não preenchiam o formulário SIMI, argumentavam que em seu plantão passavam "apenas pessoas com menos de 3 meses de permanência na cidade" ou "apenas pessoas com menos de um ano". Ora, o SIMI define como migrante a ser entrevistado exatamente aqueles que se encontram no lugar de destino há menos de um ano!

Também parece paradoxal que os mesmos técnicos que negam a passagem de migrantes pelo plantão, afirmem, a seguir, que não preenchem o formulário SIMI porque passam muitos migrantes... mas com menos de um ano na cidade...

Aos migrantes reconhecidos enquanto tal, os plantões têm por norma geral encaminhá-los à LBA (para documentação) e ao Centro de Triagem de Migrantes (Albergue) João XXIII (para alojamento). Sobre o Centro João XXIII existe uma opinião geral bastante desfavorável, afirmando os assistentes sociais que "a gente só manda gente para lá em último caso, porque não há outro lugar". Em alguns plantões verificou-se a existência de um pequeno número de doações de passagens de retorno.

A guisa de conclusão, pode-se dizer que os plantões sociais da SMD, da mesma forma que os "postos de emprego" constituem um potencial de intervenção junto aos migrantes que está longe de ser utilizado, sobretudo em razão de não haver uma especificação da problemática enfrentada por este tipo de cliente. Neste sentido, há que reconhecer que a tentativa de implantação dos postos de coleta SIMI nas RAs foi uma oportunidade de não aproveitada, no sentido de uma integração da SMD ao Programa Estadual de Migrações Internas da FAPERJ, bem como de um despertar de seus programas para os problemas particulares da acolha de migrantes.

#### 5.2 - São Paulo: Coordenadoria de Bem-Estar Social

A administração municipal de São Paulo também possui um órgão com atuação específica na área social: a Coordenadoria de Bem-Estar Social - COBES. Embora, como no Rio de Janeiro, outras Secretaria atinjam migrantes, pode-se dizer que as principais estruturas de acolha estão ligadas ao órgão de ação social.

Embora não seja objeto específico deste relatório a ação social em geral, considerou-se de interesse, à guisa de informações, fornecer uma idéia geral sobre a origem e das atividades da COBES.

A COBES teve sua origem na Comissão de Assistência Social ao Município - CASMU. Criada pelo Decreto 1.239 de 7-3-1951, a CASMU visava desenvolver programas de atendimento ao município, isto é, pessoas e famílias com residência definida no município de São Paulo. Esta orientação acompanha até hoje a evolução administrativa na área social da Prefeitura. Em todos os contactos realizados na esfera municipal, tanto na COBES quanto na Coordenadoria Geral de Planejamento, a migração enquanto objeto de planejamento é entendida como sendo de competência do Governo Estadual. Neste sentido, hoje, e desde sua criação, a COBES mostra-se indiferente ao status migratório da população atingida por seus planos, desde que ela se enquadre na categoria município<sup>(8)</sup>.

A CASMU atuou até 1955, quando foi transformada em Divisão de Serviço Social pela Lei 4.637, de 12-04-1955. A Divisão manteve, em linhas gerais, as mesmas áreas de atuação. Em uma segunda fase (1960-1965) sua prioridade parece ter sido o programa de erradicação de favelas. Desenvolveram-se também cursos de formação profissional, tendo sido implantado o programa de Adestramento Rápido de Mão-de-Obra - ARMO.

Com a Lei 6.582, de 18-5-1969, a Divisão de Serviço So-

(8) Quando se pede uma definição mais precisa da categoria município, obtém-se a resposta: com residência no município há pelo menos seis meses.

cial é transformada em Secretaria do Bem-Estar Social - SEBES. A SEBES implantou nas Administrações Regionais as Supervisões Regionais do Serviço Social - SURS - que permanecem até hoje como estrutura municipal básica. Desenvolveu um programa de assistência a vendedores ambulantes, mas manteve a ênfase na formação profissional. Surgiram, nesta área, o Programa de Formação Rápida de Mão-de-Obra - FORMO - que posteriormente absorveria o ARMO, e o Projeto Núcleo de Colocação Profissional - NUCOP. Merece também referência o Programa de Atendimento à População com Problemas Agudos de Subsistência - APPAS.

Em 1975, embora mantendo mais ou menos a mesma estrutura e competência, a Secretaria perde um pouco de sua autonomia, ao ser transformada em Coordenadoria de Bem-Estar Social - COBES. O antigo programa de Formação Rápida de Mão-de-Obra-FORMO é reelaborado, passando a denominar-se Núcleo de Formação e Orientação para o Trabalho - NUFORT. Por outro lado, o serviço de fornecimento de documentos, que era realizado desde 1971 pela "área de habitações sub-normais", é absorvido pela "área trabalho", dando origem ao programa de Provisão de Documentos- PRODOC.

Em 1981, os programas desenvolvidos pela COBES eram os seguintes:

- 1º) Atendimento a crianças de 0 - 6 anos - Creches;
- 2º) Orientação Sócio-Educativa ao Menor - OSEM;
- 3º) Assistência à População com Problemas de Sobrevivência - APPS -, com plantões nas 12 SURS e postos de atendimento em várias obras sociais;
- 4º) Núcleo de Formação e Orientação para o Trabalho -

NUFORT;

- 5º) Provisão de Documentos - PRODOC;
- 6º) Alfabetização Funcional e Educação Integrada - MO-BPAL;
- 7º) Atendimento à População Vítima de Emergência;
- 8º) Remoção de Favelas;
- 9º) Programa de Urbanização de Favelas - PROFAVELA;
- 10º) Subvenção a entidades de assistência social;
- 11º) Atendimento habitacional através da contribuição do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Sur-normais - FUNAPS.

Vistos os objetivos deste projeto, realizaram-se levantamentos em três programas da COBES, desenvolvidos em suas SURS: NUFORT, PRODOC e APPS.

#### 5.2.1 - Núcleo de Formação e Orientação para o Trabalho - NU-FORT

Este programa insere-se na "área profissionalização" da COBES. Para o atingimento de seus objetivos, explicitados em seu próprio nome, realizam-se duas etapas:

- 1º) aprendizado e estágio;
- 2º) produção e comercialização, que visa o fortalecimento da formação com vistas à integração dos alunos no mercado informal de trabalho.

Os cursos são efetuados mediante convênios estabelecidos com diferentes entidades sociais. A COBES participa com todos os recursos financeiros e materiais necessários, à exceção

das salas de aula, geralmente a cargo da entidade conveniadas. Também os monitores são recrutados, treinados e remunerados pe la COBES.

Em 1980, o NUFORT atingiu 352 pessoas. Para uma caracterização de sua clientela, pode-se indicar que dentre os que já trabalhavam ao ingressar em algum curso, a maior parte tinha ocupação em escritórios, salões de beleza, confecção domiciliar e indústria gráfica. Por outro lado, 50% dos clientes declararam ser naturais do município de São Paulo. Para os outros 50%, infelizmente, não se dispõe da informação referente a seu tempo de residência na capital. Este segundo grupo aponta como maior dificuldade encontrada no momento de chegada, a inserção no mercado de trabalho.

Os cursos do NUFORT estão propostos nas seguintes áreas: construção civil, confecção, mecânica, trabalhos manuais, serviços domiciliares, confecção domiciliar e diversos (desenho mecânico e arquitetônico, fotografia, armador de ferro, pintura em tecido, indústria gráfica, prestação de serviços hospitalares e de higiene, prestação de serviços em escritórios e comércio). Estas áreas são definidas com base em levantamento junto à clientela potencial, tanto nas SURS quanto nas entidades que procuram a COBES para o estabelecimento de convênios.

#### 5.2.2 - Provisão de Documentos - PRODOC

Este programa teve início em 1971/72, na antiga Secretaria do Bem-Estar Social, dentro da "área habitações sub-normais", com a Campanha de Documentação realizada em favelas. Em

1975, já na COBES, o programa Trabalho da "área profissionalizada" absorve a Campanha de Documentação e a reformula com o PRODOC.

Em 1980, o PRODOC foi quase totalmente extinto, em função de divergências surgidas entre as equipes por ele responsáveis nas diferentes SURS. Restaram apenas duas equipes: a primeira na SURS-Sé, onde é enorme o número de solicitações de documentos, e a segunda na SURS-São Miguel Paulista. Para estes dois postos do PRODOC são encaminhadas pessoas de todas as outras Supervisões Regionais.

O programa Provisão de Documentos instalado na Supervisão Regional do Serviço Social da Sé, que foi selecionado para levantamento, funciona em um galpão equipado com salas de triagem, de fotografia, de protocolo, de entrega de carteiras de identidade, de carteira profissional, de registro de nascimento (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> vias), de atendimento a menores, além os serviços administrativos. O PRODOC funciona das 7 às 13 horas, sendo suas instalações ocupadas à noite pelo MOBRAL. Além dos documentos já citados, são fornecidas certidões de casamento e atestados de óbito, havendo também encaminhamentos aos órgãos adequados a necessidade é de atestados militares e títulos de eleitor.

Para o fornecimento da certidão de nascimento é efetuado um levantamento sócio-econômico, sendo atendidas as mães solteiras, os desempregados e os empregados há menos de 3 meses que não disponham do auxílio-natalidade.

O pessoal é numeroso: 1 estagiário de serviço social, 3 escriturários (estudantes de serviço social), 17 operacionais e o coordenador. A clientela é formada por pessoas que para lá são encaminhadas pelas outras Administrações Regionais, por as sociações de bairro, pronto-socorro, entidades religiosas e assistenciais. É também importante o número de clientes enviados pela CETREN e pelo DAIS. Segundo informações colhidas, pelo menos 1/4 das 200 pessoas atendidas em média diariamente, são migrantes recém-desembarcados. Em 1981 foram atendidas pelo PRODOC 37.177 pessoas, aí incluído, o serviço de fornecimento de fotografias a escolares.

5.2.3 - Assistência à População com Problemas de Subsistência-APPSS

O Programa de Assistência à População com Problemas de Subsistência - APPS - insere-se na "área assistência à família" da COBES. Na época de sua implantação, consistia na orientação, concessão de auxílio financeiro e fornecimento de material de construção a famílias carentes. No período administrativo referente à atuação da Divisão do Serviço Social, foi responsável pela instalação de um abrigo municipal, destinado a "pessoas carentes com problemas de saúde, vindas do interior".

O programa funciona atualmente nas Administrações Regionais (plantões) e em entidades conveniadas (postos). Estas últimas recebem a parcela mais significativa dos recursos destinados ao APPS.

Na região da Sé há um plantão e dois postos - um deles

na Associação de Voluntários para a Integração do Migrante, o outro no Centro de Orientação à Família, recentemente inaugurado. Os postos administrados pelas entidades, além de recursos, recebem supervisão da COBES, a quem devem prestar contas.

O plantão do APPS na Regional da Sé funciona em uma sala da Supervisão Regional do Serviço Social, contando com o trabalho de dois assistentes sociais. Sua clientela é constituída de carentes encaminhados por particulares, pela Polícia Militar e pela CETRN. Quando os custos dos serviços a serem prestados são muito elevados, o plantão os envia aos postos existentes nas entidades próximas.

A média diária de atendimento varia entre 25 e 30 pessoas. No mês de setembro de 1981, o total elevou-se a 643. Dos 350 aos quais foi dado algum encaminhamento, nada menos de 220 solicitavam meios para obter documentação. Indicativo também da natureza da clientela é o fato de que 20% do total não tinha residência fixa ou encontrava-se acolhido em algum centro de albergamento. Uma amostra aleatória de 50 casos indicou, também, que em 14% foi fornecido auxílio-passagem para retorno ao local de origem.

Em geral, pode-se dizer que apesar de a COBES não aceitar envolver seus programas com *migrantes*, mas apenas com municípios, a realidade se impõe, fazendo aqueles representarem uma parcela importante da clientela atendida. Buscando cursos profissionalizantes, documentos e, em menor número, passagens de retorno, os *migrantes* são, finalmente, atendidos sem que se leve na devida conta as especificidades de seu processo de integração à vida da grande metrópole.

CAPÍTULO 6OUTRAS ESTRUTURAS

Neste capítulo serão tratadas todas as estruturas que, tendo sido objeto de levantamento, mais ou menos aprofundado conforme a importância, integram ou subsidiam a rede de acolha atuante nas duas cidades. Conforme já foi referido na Introdução, em São Paulo, dada a importância e extensão da ação estadual e, secundariamente, municipal, o levantamento de outras estruturas praticamente se restringiu àquelas que estivessem envolvidas com o Programa Estadual de Migrações Internas. Já no Rio de Janeiro, houve um esforço sistemático em, pelo menos, identificar também obras sociais e associações que, de uma forma ou outra, acolham migrantes. Também só, no entanto, o tempo limitado não permitiu um levantamento na profundidade originalmente pretendida.

6.1 - Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro foram, pois, investigadas instituições de âmbito federal, municipal, assistencial privado e empresarial. No âmbito federal, foram levantados:

- Ministério do Trabalho;
- Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA;
- Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL.

No âmbito do Governo Estadual o levantamento estendeu-se à Secretaria de Segurança Pública. A nível da Administração municipal, constituiu objeto de investigação a Secretaria

de Saúde, mais precisamente, o Centro Municipal de Saúde da II Região Administrativa. Além disso, trabalhou-se junto a associações profissionais - que poderiam desempenhar algum papel na acolha de migrantes - e a obras sociais. Para a identificação das obras sociais de interesse recorreu-se ao Catálogo de Entidades de Bem-Estar Social do Município do Rio de Janeiro, estabelecido pela Coordenação do Bem-Estar Social. Numa primeira seleção, retiveram-se aquelas entidades que, por sua vocação e objetivos, pudessem atingir, mesmo se de forma eventual, a população migrante. Assim, deu-se particular atenção aquelas que incluíssem entre os serviços prestados os itens "documentação" e "passagens". O total de 40 obras assim localizadas foram contactadas, constando deste relatório apenas as que se considerou como podendo ser de interesse<sup>(1)</sup>.

#### 6.1.1 - Ministério do Trabalho

De acordo com as diretrizes estabelecidas no "Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas"<sup>(2)</sup>, deveria existir uma vinculação do Ministério do Interior com o Ministério do Trabalho, através do Sistema Nacional de Emprego - SINE - deste último. O SINE tem por objetivo organizar o mercado de trabalho, através de:

- 1º) coleta de informações sobre oferta e demanda de empregos, a fim de atuar como intermediário que busque compatibilizá-las;
- 2º) promoção de cursos para treinamento de mão-de-obra.

(1) O nome e o endereço de todas as obras sociais contactadas, constem ou não do presente relatório, encontram-se no anexo.

(2) V. Capítulo 2.

Até o momento, entretanto, o SINE não está sendo implementado no Estado do Rio de Janeiro, por não terem sido celebrados com o Governo Estadual os convênios necessários.

Normalmente, o SINE recorre para seu funcionamento à estrutura das Delegacias Regionais do Trabalho. No Rio de Janeiro, é prática comum da DRT, independentemente do SINE, manter uma lista com a relação de vagas oferecidas por empresas que a procuram. Os candidatos são encaminhados às firmas com uma carta ou têm nome e endereço anotados para o envio de comunicação caso surja uma vaga compatível com sua habilitação. A maioria das instituições contactadas encaminham normalmente à DRT pessoas que se encontram à procura de emprego.

Não foi possível aceder a estatísticas concernentes seja à clientela, seja aos resultados deste serviço de colocação. É provável, no entanto, que seja importante o número de migrantes que aí se recorrem.

No que diz respeito à formação de mão-de-obra, a desmobilização do Departamento Nacional de Mão-de-Obra; que se encarregava dos programas de treinamento, limitou bastante o papel desempenhado pelo Ministério do Trabalho nesta área. Hoje, a prática é encaminhar os candidatos aos cursos do SENAI e SENAC. Como são feitas muitas exigências para a inscrição em tais cursos - conclusão do 1º ou 2º graus, carteira profissional, pagamento de taxas e, às vezes, carta de apresentação da empresa onde trabalha o candidato -, tudo indica não constituírem eles estruturas acessíveis à maioria dos migrantes chegantes e terem um caráter muito mais de aperfeiçoamento que,

propriamente, de formação de mão-de-obra.

#### 6.1.2 - Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA

A LBA não possui nenhum programa de atendimento específico a migrantes, não discriminando tampouco a população migrante dentre os clientes atendidos por seus diversos serviços. A natureza de um certo número de programas, entretanto, é traçada grande número de migrantes, o que permite considerar as unidades executivas da LBA - os Centros Sociais - como estruturas de acolha implícitas.

Há sete Centros Sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cinco dos quais no município-núcleo. Os Centros são responsáveis pela execução dos programas, dentre os quais se destacaram os seguintes:

1º) Programa de Registro Civil, que forneciu cerca de 2.500.000 registros durante o ano de 1980 e 1.600.000 em 1981, em todo o país. Este programa é desenvolvido tanto nos Centros Sociais quanto em campanhas móveis, visando a "legalização do homem brasileiro". Além de fornecer certidões de nascimento, é prestada assistência para a obtenção de outros documentos, inclusive através de encaminhamentos aos órgãos adequados. Em alguns Centros são oferecidas gratuitamente as fotografias. Parece existir consenso no conjunto de estruturas levantadas de que a LBA é a entidade mais habilitada a resolver problemas de documentação, pois todas encaminham para ela os clientes com necessidades nesta área.

2º) Programa de Educação para o Trabalho, que oferece cursos de iniciação ocupacional. Em 1980 foram organizados 185

tipos de cursos, destacando-se as seguintes áreas: eletricista, soldador, pedreiro, corte e costura, artesanato em geral, carpintaria, dactilografia, horticultura. Em alguns casos é exigido certificado de conclusão da 4<sup>a</sup> série do 1º grau, mas na maioria é suficiente que o candidato seja alfabetizado e tenha mais de 14 anos. Da ficha de matrícula (v. anexo) consta a naturalidade do aluno; a maioria é de naturais de outros estados, particularmente do Nordeste, mas não existe informação sobre o tempo de residência no Rio de Janeiro.

3º) Atendimento do Serviço Social, que presta assistência à população de baixa renda, atuando nas áreas pré-escolar e escolar, bem como no auxílio a adolescentes e adultos. O atendimento básico é executado nos Centros Sociais e consiste na doação de roupas, medicamentos, aparelhos de prótese. São também concedidas passagens, em geral de retorno à região de origem. Quando o Centro Social não dispõem dos recursos para a aquisição de passagem, o solicitante é encaminhado à sede da LBA, onde é feito o estudo do caso. Se o pedido é aprovado, um funcionário acompanha o cliente, compra a passagem e o embarca. Esta prática, bastante comum nas estruturas que concedem passagens, tem por finalidade, segundo um técnico entrevistado, evitar que o beneficiário realize a passagem pela venda. Na LBA, a maioria das passagens é concedida a famílias inteiras, sendo 75% para o Nordeste.

#### 6.1.3 - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL

O MOBRAL atua na cidade do Rio de Janeiro através de sua Comissão Metropolitana - COMET, cuja ação, nos últimos anos, tem-se voltado principalmente para favelas - mais de cem, no

município do Rio de Janeiro, foram atingidas por seus programas.

O MOBRAL, da mesma forma que a LBA, não possui nenhum programa específico para migrantes, mas sua atuação junto à população de baixa renda certamente permite caracterizá-lo como uma estrutura *implícita*.

Além dos programas de alfabetização e educação integrada, o MOBRAL oferece cursos profissionalizantes: corte e costura, culinária, eletricista, marceneiro, tratorista, etc. Recentemente mencionam suas duas oficinas de costura (Bangu e Mangueira), em convênio com a Singer, que cedeu máquinas e instrutores. Finalmente, há ainda um projeto na área artesanal, que já cadastrou cerca de 300 artesãos e tem promovido feiras junto às sedes das Regiões Administrativas.

#### 6.1.4 - Secretaria de Segurança Pública - SSP

A Secretaria de Segurança Pública - SSP, através de suas delegacias e funcionários, constitui-se, seguramente, numa das mais importantes estruturas *implícitas* de acolha de migrantes. Muitos deles buscam a Secretaria ou as delegacias policiais, na esperança de ai encontrarem soluções para seus problemas, sendo rotina, nestes casos, encaminhá-los para outras instituições (Centro João XXIII, Associação de Proteção ao Nordestino, etc). São também numerosos aqueles que são levadas às delegacias por serem pegos sem documentação em alguma batida.

Em entrevista realizada com o Assessor de Comunicação

Social da SSP, foi possível perceber a existência de uma certa consciência tanto de que seus serviços funcionam como estrutura de acolha, quanto do fato de que não se encontram preparados para tal: "E nem é função da polícia acolher os migrantes. Migrante não é caso de polícia, a falta de assistência é que os transforma em marginais. Seria necessário existir na cidade um S.O.S. para migrantes. A pessoa, ao chegar, já teria todas as informações e as orientações de que precisa para começar a viver na cidade. Assim se evitaria que as condições de migrante, se deteriorassem até o ponto em que o levam a cometer um delito".

Recentemente foi firmado um convênio entre a SSP e a Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com vistas à implantação de postos de serviço social em algumas delegacias. Sua finalidade é oferecer um atendimento a casos que não sejam classificados como da "esfera policial". Durante o período de execução deste projeto, os postos ainda se encontravam em fase de implantação e teste em três delegacias.

Esta idéia parece ter o apoio do Dr. José Pombo, Delegado-Substituto da 2a. Delegacia Policial: "O migrante vem vazio, com uma certa pureza do interior. Não traz a marginalidade (...) A função do policial mudou muito. Antigamente era a delegacia que decidia se encaminhava para o hospital psiquiátrico (...), as delegacias precisam de assistentes sociais para cuidar de casos como esses".

Já o Dr. Ivan dos Santos Lima, Delegado Titular, parece ter uma atitude mais profissional diante do migrante: "A migra-

ção pode ser considerada um fator de marginalidade, a migração desordenada. Não basta o policial olhar para as mãos do sujeito para ver se tem calos. Ele pode não ter calos nas mãos e não ser um vadio. Nada supera a investigação e a pesquisa das impressões digitais."

Infelizmente não havia disponível, em nenhuma das duas delegacias que foram objeto de levantamento - 2<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> Delegacias Policiais -, informação estatística a respeito do status migratório dos indivíduos que por ela passam, seja como queixos, seja para serem autuados. Uma rápida averiguacão do registro da 17<sup>a</sup> DP, no entanto, mostrou a existênciade um importan te número de autuações de naturais de outros estados, sem residência fixa e sem antecedentes criminais. Pode-se supor que estas pessoas constituem-se em boa parte, se não majoritariamente, de migrantes recém-chegados. Estas pessoas, segundo consta do registro consultado, geralmente estão enquadradas nos artigos 129 ("agressão") 331 ("desacato"), 329 ("descobediência") e 330 ("resistÊncia"), sendo, via de regra, indicada como vítima "a sociedade". Questionado sobre a natureza exata dos crimes de desacato, desobediÊncia e resistÊncia, um policial afirmou que isto dependia muito de quem autuava.

Por outro lado, no fichário constituído com base nos apelidos - há um fichário nominal e outro de vulgos -, a grande maioria dos indivíduos fichados é identificada por vulgos indicativos de origem: "Pará", "Paraíba", "Baiano", etc. Estes, no entanto, contrariamente aos anteriormente citados, apresentavam muitos antecedentes criminais.

#### 6.1.5 - Secretaria Municipal de Saúde: Centro de Saúde

Nos municípios do Rio de Janeiro funcionam 23 Centros de Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde, prestando diferentes serviços à população. Dentre estes, revelou-se de interesse para a pesquisa o fornecimento do "Certificado de Sanidade" (carteira de saúde), documento que se constitui em requisito para o ingresso no mercado de trabalho formal. Em razão de ser sua validade limitada ao âmbito municipal, todo trabalhador migrante tem de passar por esta porta, para aceder a um emprego.

Foi estabelecido contacto com o Centro de Saúde da II Região Administrativa, localizado à Rua do Resende. Seu diretor confirmou a importância do número de migrantes que aí acorrem para obter a "carteira de saúde", destacando também sua presença cíga no serviço de tratamento a doenças venéreas. Este Centro forneceu, durante o mês de outubro de 1981, 2.951 carteiras de saúde (6º colocado no que se refere a este serviço, entre os 27 Centros existentes).

Para obter sua carteira, o solicitante deverá proceder como segue: apresentar documento de identidade e entregar duas fotografias, tomar uma dose de vacina anti-tetânica, fazer a abreugrafia, recebendo então um protocolo. Um mês depois deve retornar, com o resultado da abreugrafia, para tomar a segunda dose da vacina e fazer uma rápida inspeção clínica. Recebe, então, sua carteira - uma ficha com nome, número do documento de identidade, sexo, data de nascimento, data de imunização, resultado do exame abreográfico e foto -, que deve ser plástificada, ficando uma cópia com o Centro. Se a pessoa já tem algum

atestado de saúde ou de vacinação anti-tetânica realizada há menos de 10 anos, o processo é mais simples, resolvendo-se tudo de uma só vez.

Como na maioria dos serviços levantados, também no Centro inexistiam informações consolidadas a respeito da clientela. Contando com a colaboração do Dr. Luiz Carlos Bevilaqua, Diretor do Centro, pôde-se levar a cabo um pequeno levantamento amostral junto a clientes que vinham solicitar a carteira de saúde pela primeira vez. A amostra teve caráter aleatório; sen do o pequeno questionário aplicado pelos próprios funcionários do Centro, as perguntas devem ter sido formuladas em momentos de menor acúmulo de pessoas à espera de serem atendidas.

De um total de 207 pessoas, 132 (64%) declararam ter nascido em outros estados ou fora da Região Metropolitana, quan do naturais do Estado do Rio de Janeiro. Estes 132 assim se distribuíam segundo seu tempo de residência na Região Metropolitana:

- Menos de 6 meses..... 29 (22%)
- Entre 6 meses e 1 ano..... 4 ( 3%)
- Entre 1 e 2 anos..... 12 ( 9%)
- Entre 2 e 5 anos..... 18 (14%)
- Mais de 5 anos..... 69 (52%)

Não parece, pois, haver dúvida de que os Centros de Saú de e, em particular, o serviço de fornecimento de la. via do Certificado de Sanidade, constituem importante estrutura de a colha implícita de migrantes, sendo possível através deles atingir de maneira relativamente fácil e abrangente esta popula

ção em processo de integração à vida da cidade.

#### 6.1.6 - Banco da Providência

Criado há 21 anos, o Banco da Providência é mantido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro com recursos obtidos sobretudo com a Feira da Providência, realizada todos os anos. Suas atividades desenvolvem-se em torno a três linhas básicas:

- 1º) acolha e recuperação de marginalizados;
- 2º) integração e promoção social por meio da capacitação para o trabalho;
- 3º) serviços de emergência ("pronto-socorro social") para atendimento a pessoas em dificuldades, carentes e com problemas sociais.

A acolha e atendimento psico-social de marginalizados é executado pela Comunidade de Emaús e pelo Centro Feminino.

A Comunidade de Emaús, localizada à estrada da Rio-Petrópolis, é definida como um "centro de reeducação profissional", destinado a alcoólatras, toxicômanos, ex-presidiários, condenados em regime de liberdade condicional - 80% dos homens que passam por Emaús têm antecedentes criminais. A população média da Comunidade gira em torno a 800 homens, encaminhados geralmente por advogados, juízes, instituições penais, Fundação Leão XIII, etc.

O Centro Feminino dispõe de três unidades:

- Acolhimento (setor residencial), que acolhe mulheres gestantes e em período de amamentação;

- Casa da Criança, que recebe as crianças procedentes do Acolhimento enquanto suas mães buscam integração no mercado de trabalho;
- Setor em Meio Aberto, que atua na zona de baixo marge trício do Mangue, promovendo atividades sanitárias, cursos de educação básica e profissionalizante.

Com vistas à promoção social através da capacitação profissional, o Banco da Providência mantém ainda os seguintes serviços:

- 5 Centros de Capacitação Profissional ("Centros da Providência"), que mantiveram 221 turmas durante o ano de 1980;
- Serviço de Orientação Profissional e Colocação - SCOPC;
- Serviço de Promoção da Doméstica, que funciona junto a 8 paróquias.

Cabe mencionar também o atendimento de emergência - Serviço de Orientação Social - que funciona na Catedral Metropolitana e as Despensas da Providência, localizadas em 12 paróquias.

A leitura dos relatórios do Banco da Providência e entrevistas realizadas com membros de sua diretoria permitiram identificar alguns serviços como sendo de maior relevância para esta pesquisa; o Serviço de Orientação Social (antiga Carteira de Emergência), a Central de Documentos e o Serviço de Orientação Profissional e Colocação.

O Serviço de Orientação Social - SOS - presta assistência através de auxílios em dinheiro ou em bens, fornece alimen-

tação, concede passagens, realizando também encaminhamento a serviços do Banco ou de outras instituições. É também comum o encaminhamento a pequenos trabalhos eventuais, *biscates*. Respondem pelo funcionamento do SOS quatro assistentes sociais, que atendem uma média de 60 pessoas por dia. Os clientes do SOS vão para lá orientados por diversas entidades, sendo de se destacar o estreito relacionamento com o Centro de Triagem de Migrantes João XXIII. O Centro concede alojamento e passagem de retorno, o SOS fornece alimentação (almoço, que não é oferecido aos albergados homens pelo Centro), roupas, dinheiro para deslocamentos no interior da cidade, etc.

É no SOS que está instalado o posto de coleta SIMI da Banco da Providência. Em princípio, pois, deveria ser relativamente fácil estabelecer-se o volume da clientela migrante, inclusive seu tempo de permanência na cidade. Infelizmente, a orientação vigente é que cada uma das quatro assistentes sociais não se deve preocupar em preencher mais de dois formulários por dia. A existência do posto SIMI e o reconhecimento de que uma parcela significativa da clientela é constituída por migrantes, da mesma forma que nos plantões sociais da SMD, não tem implicado numa reflexão particular sobre os tipos de necessidades específicas desta população.

Pelo que se pôde observar, o tratamento dado ao cliente do SOS é atencioso e delicado, havendo a preocupação permanente de fazê-lo participar da solução que lhe é proposta; por exemplo: se o caso é de auxílio financeiro ou auxílio-passagem, o SOS dispõe-se a cobrir metade das necessidades, insistindo para que o cliente busque formas - em geral, *biscates* - que

lhe permitam responder pela outra metade.

A Central de Documentos do Banco da Providência funciona de 12 às 18 horas, com três atendentes: uma assistência social, uma psicóloga e uma estagiária de Serviço Social, que recebem uma média de 30 pessoas por dia. Quando a necessidade é o registro civil, costuma encaminhar as pessoas à LBA, sendo também comum, no entanto, a preparação e envio de carta a amigo ou parente na cidade de origem do solicitante. Para a viação do certificado de reservista, o Banco da Providência tem um acordo com a 1a. Circunscrição do Serviço Militar que isenta os clientes do Banco do pagamento de multas. Em alguns casos, ainda, a Central de Documentos fornece o dinheiro necessário ao pagamento da taxa exigida para a obtenção da carteira de identidade. Para todo tipo de documento são fornecidas fotografias gratuitamente.

O Serviço de Orientação Profissional e Colocação-SOPEC tem contactos com mais de 3.000 firmas, desde grandes indústrias, cadeias de supermercados e empresas comerciais até pequenas fábricas, companhias de serviços gerais (limpeza), clínicas e escritórios. Ao procurar o SOPEC o candidato já vem munido de toda sua documentação e fornece as informações para o preenchimento de sua ficha, onde indica também o tipo de trabalho para o qual se encontra habilitado. De forma imediata, o Serviço entra em contacto telefônico com diversas empresas, à procura de vagas, encaminhando, então, o cliente com uma carta de apresentação. O movimento no SOPEC é bastante intenso, havendo um atendimento médio diário de 100 pessoas.

Constam das fichas dos candidatos informações sobre naturalidade e tempo de residência no Rio. Numa amostra aleatória de 100 fichas foram identificados 32 naturais de outros estados e 3 estrangeiros. Este total de 32, evidentemente, não reflete a totalidade da população migrante, pois entre os 68 fluminenses há seguramente uma importante incidência de indivíduos oriundos do interior do Estado. Dos 35 vindos de fora do Estado do Rio de Janeiro, 8 aqui se encontravam há menos de 2 anos (23%).

#### 6.1.7 - Associação de Proteção aos Nordestinos - APN.

A Associação de Proteção aos Nordestinos - APN - foi criada com o objetivo de "assistir aos nordestinos que vinham em busca de emprego ou dar passagens aos mal sucedidos que não tinham como retornar à terra natal". Sua história, na realidade, confunde-se com a história da Feira de São Cristóvão - "Feira dos Nordestinos".

As primeiras barracas de feirantes surgiram no Campo de São Cristóvão no ano de 1948. Era ali o local de desembarque das "firmas de pau-de-arara", antigas empresas de ônibus e caminhões, que ligavam as capitais nordestinas ao Rio de Janeiro. O Campo e suas imediações estruturaram-se, então, enquanto espaço nordestino, surgindo pensões e hotéis que abrigavam os chegantes. Apesar das mudanças ocorridas, com a transferência do local de embarque e desembarque para o Terminal Rodoviário Novo Rio, ainda hoje se encontram na região vilas de nordestinos, como a rua Esberardo, onde residem muitos feirantes. Há também ruas, como a Senador Alencar, em que os proprietários de

casas comerciais são majoritariamente descendentes de antigos feirantes.

Foi João Batista, conhecido por João "Gordo", quem primeiro tentou controlar e administrar a Feira. Face às constantes perseguições da polícia, não obteve êxito, ficando durante certo tempo proibida a montagem de barracas. Algum tempo depois, Manuel Alexandre Alves resolveu reviver a Feira, criando a União dos Nordestinos do Rio de Janeiro para administrá-la. No ano de 1962, conta um funcionário da APN, "os feirantes expulsaram Manuel". Esperidião Agra, que já havia fundado a APN, assume o controle da Feira, desaparecendo a União dos Nordestinos.

Conta-se na APN que "seu Agra foi mais inteligente que Manuel": ao invés de brigar com a polícia, procurou contactos políticos e através de um encontro com o Governador Negrão de Lima conseguiu obter o fim da perseguição aos feirantes.

A Associação está instalada numa pequena casa localizada próxima à Central do Brasil, em nada diferindo da típica casa portaria e janelão do bairro da Saúde. Suas paredes estão cobertas de fotos de deputados, militares, homens de televisão e governantes cumprimentando o presidente da APN.

Ao fundo do corredor fica a sala de seu Agra. Segundo ele "o migrante virou problema porque o número de nordestinos que estavam descendo para o Sul aumentava dia a dia e o governo ficou apavorado. Na Associação chegam em média 8 a 10 migrantes por dia pedindo auxílio. Já houve época de aparecerem

20 a 30".

A Associação fornece passagens, ajuda em dinheiro, remédios, roupas, encaminhando a outras instituições para documentação e alojamento. Até 1975, havia um convênio com o Correio Aéreo Nacional, para o transporte dos "nordestinos que não foram bem sucedidos aqui". De 1964 a 1975 mais de 10.000 foram levados de volta ao Nordeste por aviões da FAB. Terminado o convênio, a Associação passou a custear parte da passagem de ônibus, conseguindo-a, vez por outra, gratuitamente junto às empresas. A Itapemirim e a São Geraldo normalmente fazem um desconto de 20% para *Seu Agra*, o que ocorre menos frequentemente com as empresas Andorinha e Aparecida.

Os migrantes que procuram a APN para obter documentação são encaminhados à LBA. Para alguns pedidos de registro civil, no entanto, a Associação entra diretamente em contacto com os cartórios a fim de confirmar a existência do registro e conseguir uma 2a. via. Em caso de necessidade de alojamento, são feitos encaminhamentos para o Centro de Triagem de Migrantes João XXIII ou para o Centro de Triagem de Mendigos (Bonsucesso), ambos da Fundação Leão XIII<sup>(3)</sup>. Uma vez albergados, os migrantes normalmente voltam a recorrer à APN, para conseguir emprego. Todos aqueles que recebem alguma ajuda da Associação fornecem informações pessoais para o preenchimento de uma ficha de controle: "O controle de quem é beneficiado é importante porque evita o abuso e também serve à polícia e ao Exército".

*Seu Agra* e a Associação que preside são muito conhecidos.

---

(3) V. Capítulo 4.

dos em todos os lugares por onde circulam migrantes, em todas as estruturas de acolha, que para lá encaminham nordestinos. No Terminal Rodoviário, desde policiais até motoristas de ônibus indicam a APN para os recém-chegados. Muitos são também os que tomam conhecimento da Associação através de conhecidos que por ela já foram ajudados ou que dela ouviram falar.

As colocações que a APN consegue para aqueles que a procuram não variam muito: construção civil, emprego doméstico, limpeza... As empregadas domésticas são solicitadas diretamente por donas-de-casa que procuram a Associação: "Algumas não se dão bem no emprego, mas geralmente se procura escolher que las mais adequadas, de boa aparência e que não têm marido". Dentro as empresas com as quais se tem contacto - geralmente no ramo da construção civil, serviços gerais (limpeza) e supermercados - destacam-se: Conservadora Atlântica, Indústria Extrativa do Sul, Supermercados Peg-Pag, Casas da Banha, Casas do Charque, Sérgio Dourado e Metrô. Seu Agra sublinha que dispensa qualquer tipo de retribuição das empresas ou pessoas para as quais arruma empregados.

A APN vivia, no período do levantamento, momentos de intensa crise, enfrentando problemas políticos que, segundo seu presidente, a ameaçam de fechamento. Na realidade, há bastante tempo vem a Associação sendo objeto de uma disputa cujo centro é o controle da Feira de São Cristóvão. Durante a Administração Marcos Tamoio, segundo um antigo funcionário, houve uma tentativa de intervenção na Feira "por motivos políticos eleitoreiros". "Seu Agra foi então ao Presidente Geisel, que determinou que não se tocasse na Feira".

Os problemas se agudizaram em agosto de 1981: o 4º Batalhão da Polícia Militar interveio na Feira a fim de "impedir que os feirantes continuassem a contribuir com a Associação". Foram todos convocados oficialmente a uma reunião com a Polícia Militar, onde "foram convencidos a não pagar mais nada". Seu Agra, nesta época solicitou à Secretaria de Fazenda que regularizasse a Feira, "mas por motivos políticos eleitoreiros não estão querendo". Sempre segundo o mesmo funcionário da APN a história prosseguiu da seguinte maneira: "A PM metia medo nos feirantes, chegando a invadir a Feira, dando pontapés e derrubando tabuleiros. O Comandante do 4º Batalhão foi demitido, mas como a Associação estava impedida de arrecadar a contribuição dos feirantes, a Feira acabou com Vavá" (filho de Manoel Alexandre, que já havia controlado a Feira na época da União dos Nordestinos). Para se ter uma idéia aproximada do que pode significar o direito - e o poder - de arrecadar a taxa dos feirantes, pode-se dizer o seguinte: há cerca de 5.000 tabuleiros; por cada tabuleiro a APN cobrava a taxa de Cr\$ 400 a cada domingo, e Cr\$500 quinzenalmente - ou seja, Cr\$ 13.000.000 por mês.

Infelizmente, quando se obtiveram as informações relativas ao conflito que envolvia a Feira e a APN já não mais se dispunha de tempo para estabelecer contactos com a facção contrária a Seu Agra e recolher sua versão dos fatos. Certamente, a estória seria bem diferente; aliás, duas versões do conflito, sob a forma de poesia de cordel, circulavam recentemente na Feira: a de um partidário de Seu Agra, que era vendida numa barraca, e a de um partidário de Vavá, distribuída gratuitamente entre os feirantes<sup>(4)</sup>.

(4) V. anexo.

Seja qual for o verdadeiro significado deste conflito, uma coisa é certa: a Feira de São Cristóvão mantém-se, hoje, como um dos mais importantes pontos de concentração de migrantes nordestinos da cidade do Rio de Janeiro, inclusive recém-chegados. Além das músicas e comidas típicas, a realidade desta população tem uma presença simbólica nos fotógrafos *Lambe-Lambe* que somente produzem fotos "para documento".

#### 6.1.8 - Obra Internacional Católica de Promocão da Jovem

A Obra Internacional Católica de Promoção da Jovem faz parte da Junta Brasileira das Obras de Promoção da Jovem, que, por sua vez, é filiada à Associação Catholique Internationale des Œuvres de Protection de la Jeune Fille, com sede na Suíça. Fundada para dar combate à prostituição, seus estatutos definiam os objetivos como segue: "organizar um quadro de preservação completa a favor das jovens procedentes do interior, instituindo o serviço de vigilância e orientação nas principais estações de Estradas de Ferro, Aeroportos e Estradas de Rodagem, com o fim de anular por sua eficiência e ação preventiva, as atividades das organizações de tráfico de mulheres e menores (escravatura branca)".

Antigamente havia sempre uma pessoa da Obra nas estações rodoviária e ferroviária, para encaminhar as jovens que não tinham para onde ir. "Depois que inauguraram a Rodoviária Novo Rio, a administração não nos permitiu continuar lá porque a Polícia Feminina faria este trabalho, mas nunca recebemos ninguém de lá".

Atualmente a instituição oferece alojamento a jovens estudantes e/ou trabalhadoras, entre 14 e 25 anos. Além disso, encaminha a empregos, consegue bolsas de estudos, oferece cursos de corte e costura, artesanato, cabelereira, manicure, baby sitter, etc. Sua diretoria é composta por senhoras católicas e dispõe de um serviço social com uma assistente social e três estagiárias.

As candidatas são encaminhadas por entidades que conhecem a Obra, por pensionistas e ex-pensionistas. Sua capacidade é de 50 leitos, havendo apenas 30 jovens no período do levantamento. Quando uma moça se apresenta, seu caso é estudado pelo serviço social, devendo obedecer às seguintes exigências: estar dentro da faixa etária definida, "ter necessidade moral e/ou material" de ser atendida, conhecer e aceitar o regulamento, fornecer atestado de saúde e indicar uma pessoa responsável.

Não há prazo limite para a estadia, podendo as moças ficarem enquanto sentirem necessidade. "Mas não aceitamos ociosas; as que não trabalham nem estudam são convidadas a sair. Ajudamos aquelas que querem ser ajudadas". As pensionistas dão uma contribuição simbólica variável - "gratuidade só em caso de extrema necessidade" -, desfrutando, além do alojamento, de café da manhã e sopa à noite.

Embora não tenha sido possível consultar o fichário, a própria origem da Obra indica que ela já foi uma estrutura de acolha de migrantes bem caracterizada. Hoje a presença de pensionistas oriundas de fora do Rio de Janeiro é significativa,

mas a natureza específica da instituição já se diluiu bastante: "Temos pensionistas migrantes, porque recebemos indistintamente. Elas vêm de vários lugares: podem ser do próprio município do Rio de Janeiro, do Grande Rio, de outros Estados e até mesmo do exterior".

#### 6.1.9 - Associação de Assistência ao Adolescente

A Associação de Assistência ao Adolescente tem por finalidade atender a estudantes universitários vindos do interior do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados. São jovens de baixa renda, muitos dos quais filhos de lavradores aos quais a Associação concede bolsas de estudos, de montante variável segundo as necessidades. Em geral, os bolsistas moram em alojamentos universitários ou repúblicas, devendo a bolsa cobrir exclusivamente necessidades escolares.

Após o ato de candidatura, há um processo de seleção. O candidato passa por uma entrevista sócio-econômica, na qual deve fazer prova documentada de sua situação de carência. A Associação dá preferência a membros de famílias numerosas e de baixa renda. Além desta entrevista, realiza-se um teste psicológico e vocacional, com o objetivo de verificar se o jovem tem maturidade e capacidade para seguir o curso que escolheu. O processo de seleção dura cerca de três meses.

A Associação atende, no máximo, a 60 bolsistas de cada vez, em vista da limitação de seus recursos. Estes advêm da contribuição de particulares, de empresas e do Ministério da Educação e Cultura.

#### 6.1.10 - Obra Social Padre Gailhac

Fundada em 1957, a Obra Social Padre Gailhac desenvolve suas atividades em três setores: educacional, profissionalizante e assistencial.

No setor educacional oferece cursos supletivos de alfabetização e 1º grau. As classes funcionam à noite, para alunos de ambos os sexos, com idade mínima de 16 anos. Neste setor tem também grande importância a "evangelização desenvolvida numa linha ecumênica" - "temos alunos de várias denominações protestantes".

No setor profissionalizante são desenvolvidos cursos de dactilografia e corte e costura. No setor assistencial a Obra presta auxílio a 40 famílias de garis, com doação de roupas e alimentos.

A clientela é composta essencialmente de empregadas domésticas, porteiros, vigias, atendentes em lanchonetes, etc, que, em geral, moram no subúrbio e trabalham em Copacabana. A grande maioria é migrante. Esta é uma das poucas instituições assistenciais levantadas que demonstrou reconhecer a especialidade e a importância da população migrante em sua clientela: "há pouco tempo fizemos um levantamento nas fichas dos alunos e constatamos que quase todos são de outros Estados. A grande maioria é do Ceará e da Paraíba, em segundo lugar de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Amazonas. Os cariocas estão presentes em menor contingente. O fato de os alunos do Rio serem minoria tem como causa provável as maiores possibilidades que tiveram

de estudar quando crianças, o que não aconteceu com o pessoal do interior dos Estados do Nordeste".

O número de alunos matriculados em 1981 foi 198 - 104 rapazes e 94 moças. Em geral o encaminhamento para a Obra é feita por alunos e ex-alunos: "os alunos vão trazendo outros; por isso talvez haja tantos nordestinos. Eles vão passando adiante, entre o seu círculo de amigos e conhecidos, a existência deste colégio".

A Obra Social Padre Gailhac apresenta características, bastam 3 interessantes: embora originalmente não se destinasse a imigrantes, foi sendo como quepropriada por eles, transformando-se numa verdadeira estrutura de acolha de segunda linha, isto é, intervindo num segundo momento do processo de integração. Particularmente relevante é o fato de que ela já houvesse sofrido esta transformação quando seus responsáveis, deram conta do processo vivido pela instituição: "há pouco tempo fizemos um levantamento nas fichas dos alunos...". Este exemplo sugere que existe uma forte demanda de estruturas voltadas para a integração, suficientemente forte para impulsivar nesta direção uma instituição aparentemente como outra qualquer, e cuja única virtude, se assim se pode falar, foi o de ser um espaço aberto que pode ser ocupado.

#### 6,1,11 - Obra Social da Paróquia N. S. Consolata

Esta obra presta atendimento médico - clínico geral - à população da paróquia, que cobre as localidades de Mangueira, Telégrafo, Tuiuti e Arará. Além do atendimento médico, que se

faz às quintas-feiras, de 16:30 às 22:00 horas, a esposa do médico responsável costuma fazer encaminhamentos para diversas instituições. "Não é encaminhamento oficial, é apenas uma orientação. Se precisam de documentos, registro civil, mando para a LBA. Quando estão procurando emprego, mando para a VII RA, quando precisam de assistência médica especializada, mando para a Fundação Leão XIII".

A obra possui um fichário das pessoas atendidas, mas não constam das fichas informações acerca da origem. Apesar disso, as pessoas contactadas asseguram que os nordestinos constituem a imensa maioria ~~os~~ que recorrem à obra - cerca de 90%. Atualmente a igreja realiza um censo na paróquia, buscando identificar de maneira mais precisa a sua população, inclusive seu status migratório.

#### 6.1.12 - Lar de Teresa - Instituição Espírita Cristã de Estudos e Caridade

O Lar de Teresa possui dois centros: um em Ipanema e outro em Austin. Nos dois são prestadas assistência espiritual (doutrina) e ajuda material (serviço médico, distribuição de remédios, roupas, alimentos, utensílios domésticos, móveis). Sua inclusão nesta listagem rápida de obras de caridade advém do fato de auxiliar na obtenção de documentação e fornecer, embora de forma eventual, passagens de retorno.

"Arrumamos passagens, mas temos muito cuidado com a picaretagem. Algumas pessoas nos procuram dizendo que precisam de passagens, aí nós dizemos: 'está bem, vamos até a Rodoviária'

ria que eu lhe pago uma passagem! Aí então a pessoa some".

Tanto no serviço de documentação quanto no de passagens são atendidos migrantes, mas não existe nenhuma preocupação particular com esta clientela. São também oferecidos cursos de corte e costura, manicure, artesanato e tapeçaria, com preocupações profissionalizantes.

#### 6.1.13 - Centro Humanista Bom Jesus

Fundado em 1942 e reconhecido como de utilidade pública, o Centro Humanista Bom Jesus pode receber doações de particulares e emitir recibos que são utilizados para dedução do imposto de renda. Atualmente está ameaçado de fechamento em razão da pressão que sobre ele vem sendo exercida por fiscais da Fazenda, que já multaram o Centro por duas vezes.

Além de prestar assistência odontológica e médica (ginecologia e oftalmologia), esta entidade fornece auxílio-passagem: "os nordestinos nos procuram muito, pedindo dinheiro para passagens. Nós mandamos uma pessoa com eles para comprar a passagem". Estes clientes são geralmente encaminhados ao Centro pelo plantão social da VII RA.

#### 6.1.14 - Instituto Metodista de Ação Social

Nesta instituição funciona uma escola, com creche, 1º e 2º graus. Há também um serviço de assistência social que atende principalmente à população do Morro da Providência, mas a escassez de seus recursos não lhe permite senão fornecer orien-

tações. Segundo as informações aí colhidas, é bastante expressivo o número de migrantes que procuram o Instituto, pedindo comida e dinheiro para se deslocarem na cidade. Tal procura é explicada pela proximidade do Centro de Triagem de Migrantes João XXIII: "muitos albergados ficam pelas proximidades, já que não podem passar o dia no Albergue e nem podem almoçar lá".

Outro fator explicativo, segundo os informantes, do importante número de migrantes, é a proximidade também da Rádio Tupi: "o programa Paulo Lopes costuma atrair muita gente em busca de colocação profissional".

Esta instituição reconhece a existência de migrantes em sua clientela, mas os que nela trabalham não se consideram em condições de ajudá-los: "muitos vêm aqui um dia e dafí a três dias aparecem de novo. A procura é muito grande, mas os que vêm pedir ajuda não pensam em estudar no Instituto. Falam em trabalhar em casa de família ou pedem dinheiro para voltar para seus Estados de origem".

#### 6.1.15 - Obra Social do Verbo Divino

A Obra Social do Verbo Divino tem como atividade principal a organização de cursos de dactilografia, corte e costura e MOBRAL para a população do bairro. Como, no entanto, localiza-se perto da Rodoviária Novo Rio, é procurada por muitos migrantes que pedem comida, roupa e ajuda financeira. "Eles não procuram os cursos mas vão diretamente à Secretaria da Igreja. Antigamente apareciam 5, 6 às vezes 10 pessoas por dia, pedindo dinheiro para comprarem passagens de volta para os locais

de origem. Atualmente a Obra restringiu essa doação porque se descobriu que as pessoas vendiam as passagens. Num ou outro caso comprovado de carência, vai uma pessoa para comprar a passagem e colocar no ônibus. Consequentemente, a procura por passagens diminuiu".

O informante faz questão de frisar que o fluxo de migrantes para o Rio de Janeiro não diminuiu: "Ainda aparece muita gente na Igreja, pedindo dinheiro e passagem". Estas pessoas são encaminhadas à Obra pela Administração Regional ou por pessoas a quem se dirigem os migrantes nos arredores da Rodoviária e que conhecem a instituição. Esta, por sua vez, costuma encaminhar à Associação de Proteção aos Nordestinos, à LBA (documentação) e ao Centro de Triagem de Migrantes (alojamento).

#### 6.1.16 - Casa da Empregada

Mantida pela Congregação Religiosa das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, a Casa da Empregada tem por objetivo "promover a doméstica que trabalha ou esteja desempregada", não atendendo nem a menores, nem àquelas que estejam procurando trabalho pela primeira vez. Tampouco são admitidas aos serviços da Casa quem não tem carteira de trabalho, referência e prática.

A grande maioria da clientela - mais de 90% - é formada por naturais de outros estados ou do interior do Estado do Rio de Janeiro. A preocupação com a promoção doméstica se concretiza, entre outras coisas, em um "trabalho de esclarecimento so-

bre a importância de tirar a carteira, exigir que a patroa assine e as vantagens do INPS".

A clientela é classificada em dois grupos:

- Grupo A: aquelas que vão simplesmente procurar emprego;
- Grupo B: aquelas que procurando emprego ou já o tendo conseguido, frequentam de forma mais ou menos regular a Casa para as tardes recreativas realizadas aos domingos. São cerca de 200, 60 das quais mais assíduas.

~~As componentes~~ do Grupo B é permitida a estadia durante os fins de semanas, férias e períodos de convalescença de alguma doença, mediante uma pequena taxa. Frequentados, em geral, pela mesma clientela, são oferecidos cursos de artesanato, culinária, economia doméstica, tricô, crochê, formação moral e religiosa, devendo-se pagar Cr\$ 50 ou Cr\$ 100 mensalmente.

Donas de casa à procura de empregadas domésticas são recebidas uma vez por semana. No ano de 1981 foram atendidas, em média, 40 empregadas por mês, mas apenas 25% foram colocadas.

Em 1980, devido à Campanha da Fraternidade, cujo tema central foi a migração, a Arquidiocese solicitou um levantamento sobre a presença de migrantes entre as moças atendidas: das 60 moças que comparecerem ao círculo de estudos, apenas 3 eram naturais do Estado do Rio de Janeiro, embora não se tenha pesquisado o tempo de permanência na cidade. A recusa de moças sem referências, sem carteira profissional e à procura de um primeiro emprego faz supor, no entanto, que poucas devem ser as

recém-chegadas.

As moças são geralmente encaminhadas à Casa da Empregada pelo Banco da Providência, havendo também um certo número que é informado de sua existência por programas de rádio e televisão. Quando recebe moças que não satisfazem suas exigências, a Casa as encaminha a outras entidades julgadas em condições de solucionar seus problemas: LBA, Centro de Triagem de Migrantes, etc. "Às vezes chegam aqui de malas, com crianças, mas nós não aceitamos pessoas desconhecidas para dormir. Depois vira um problema e só com a polícia conseguimos retirá-las".

6.1.17 - Associação Profissional das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro

Mantida com a contribuição das sócias, taxas cobradas pelos serviços prestados e uma ajuda do Banco da Providência, para o aluguel da casa, a Associação Profissional das Empregadas Domésticas desenvolve um trabalho que poderia ser caracterizado como de natureza mista: assistencial e sindical. Atualmente a Associação está lutando pelo reconhecimento das empregadas domésticas enquanto categoria profissional, do que depende a possibilidade de criação de um verdadeiro sindicato profissional, como está definido na legislação trabalhista.

Os serviços prestados são os seguintes: documentação, assistência jurídica, hospedagem (em caso de desemprego, férias ou doença) e refeições. Estes serviços são accessíveis a sócias e não sócias, contando aquelas com o benefício de um des-

conto nas taxas cobradas pela hospedagem e refeições. As empregadas domésticas que procuram a Associação são encaminhadas por amigas que conhecem a entidade, pela RA da Tijuca, pelo Banco da Providência e por algumas agências de emprego.

A grande maioria é composta de naturais de outros Estados ou do interior do Estado do Rio: "algumas já estão aqui há algum tempo, outras são recém-chegadas". Cerca de 20 a 30 moças costumam passar o domingo na Associação, onde se desenvolvem atividades recreativas e realizam-se reuniões - de modo geral para discutir assuntos religiosos ou problemas comuns. Mês salmão se realiza a reunião da Diretoria, à qual comparecem de 100 a 200 sócias, sendo tratados temas de "interesse da classe" e fornecidas informações: orientação para obtenção de documentos, explicações sobre o INPS, etc.

Em janeiro de 1981 uma delegação da Associação participou, em Porto Alegre, do IV Congresso Nacional de Empregadas Domésticas, ao qual apresentou um estudo sobre o tema: emprego de menores em trabalhos domésticos. Este estudo expõe a trajetória de um grande número de meninas que vêm do interior, em geral da zona rural, empregando-se inicialmente em cidades próximas ou na capital de seu Estado, vindo depois para o Rio de Janeiro. Na maioria dos casos são trazidas por parentes, também empregadas domésticas, que já migraram, ou pelos próprios empregadores. Outras vêm com a própria família e muito cedo - entre 10 e 14 anos - começam a trabalhar. As condições a que estão submetidas são as piores possíveis: desrespeito, agressões morais e físicas, humilhações, choque das grandes desigualdades sociais, conflitos de costumes, valores morais e religiosos.

sos, violência, desespero, prostituição. Estas meninas, prossegue o estudo, apesar de muitas vezes executarem todo o trabalho da casa são pessimamente remuneradas, sendo frequente nada receberem, por serem consideradas *crias da casa*.

A abertura da Associação Profissional das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro para uma população caracterizada—mente dominada por população migrante, e, inclusive, o fato de receber grande número de recém-chegadas, fazem desta instituição uma importante estrutura de acolha de mulheres migrantes.

5.1.18 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Município do Rio de Janeiro

O dinamismo e preocupação com a população migrante que predomina na categoria, constatado na Associação das Empregadas Domésticas, não parecer existir no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil. Um dos membros da Diretoria, questionado sobre a presença de migrantes entre os membros do sindicato, respondeu: "Isso sempre há. Porém o quadro social é flutuante. São nômades: Entram no Sindicato, ficam algum tempo e depois vão embora".

Apesar de oferecer a seus associados assistência médica, odontológica e jurídica, o entrevistado, expressando opinião de toda a Diretoria, afirmou que "os trabalhadores são bem assistidos nas empresas, contando com alojamento, cantina, restaurante, serviço médico. Assim, o trabalhador vem ao Sindicato se quiser. Ele não é obrigado a isso, então só alguns poucos se interessam pelo Sindicato". Nestas condições, a ativida-

de principal do Sindicato parece ser constituída pelo registro, obrigatório por lei, das rescisões de contratos de trabalho.

#### 6.1.19 - Agências de Emprego Doméstico

Sendo o emprego doméstico o principal absorver da força de trabalho feminina migrante, decidiu-se investigar o papel que poderiam desempenhar as agências de emprego doméstico enquanto estrutura de acolha desta parcela da população migrante. Foram investigadas 6 agências, apresentando todas o mesmo padrão de funcionamento: sua clientela é constituída predominantemente de naturais do interior do Estado do Rio ou de outros Estados que já se encontram fixadas na cidade há algum tempo. Esta exclusão das migrantes recém-chegadas decorre da exigência, feita por todas as agências, de referências de emprego anterior no Rio de Janeiro. Apenas uma das agências pesquisadas admitia carta de referências de outras cidades, "desde que com firma reconhecida em cartório", o que evidentemente não permite flexibilidade muito maior.

#### 6.1.20 - Empresas de Construção Civil: SERVENCO e João Fortes Engenharia

Embora a limitação de tempo impedissem um aprofundamento do trabalho junto às chamadas estruturas de acolha empresariais, buscou-se estabelecer contactos com firmas de construção civil, ramo industrial reconhecido como porta de entrada no mercado de trabalho urbano para grande parte da população migrante.

Segundo estatísticas fornecidas por MARTINE e PELIANO, nada menos de 23% - quase 1/4 - de todos os migrantes recém-chegados (menos de 2 anos), do sexo masculino - encontram-se ocupados na construção civil, sendo a metade deles na posição de servente<sup>(5)</sup>. A estes resultados os autores aduzem o comentário seguinte: "confirma novamente a papel importante da construção civil na absorção de migrantes recém-chegados; no entanto, fica destacada (...) a importância da ocupação específica servente de pedreiro (...) uma atividade dura, mal remunerada e que não requer nenhum tipo de treinamento (...). Isto evidentemente faz com que servente de pedreiro seja, de longe, a ocupação individual que mais recebe novos migrantes"<sup>(6)</sup>.

Foram contactadas duas das principais empresas do ramo: a SERVENCO e a João Fortes Engenharia. Esta escolha deveu-se tanto à sua importância relativa no setor quanto ao fato de virem desenvolvendo, em seus respectivos departamentos de recursos humanos, um serviço social bastante dinâmico<sup>(7)</sup>. Os encontros e entrevistas com assistentes sociais, médicos e responsáveis pelo recrutamento de trabalhadores nos canteiros de obras indicaram alguns caminhos que devem ainda ser percorridos para que se possa construir uma visão da problemática social do migrante a partir de um ponto de vista interno ao mercado de trabalho - contrário, neste sentido, ao ponto de vista colhido no conjunto das outras estruturas levantadas.

Morando em sua maioria na própria obra, submetidos a uma grande rotatividade que não é somente ocupacional mas tam-

(5) MARTINE e PELIANO; op. cit., pag. 32.

(6) Idem, ibidem, pag. 34.

(7) Outras empresas que, segundo informações, também contam com um serviço social estruturado são: Wrobel, Bandeirantes, Veplantec.

bém residencial, solitários, muitas vezes desconhecendo o espaço que os cerca, ansiosos pela possibilidade de fazerem um curso profissionalizante mas esmagados pelas horas extras, tudo indica que as dificuldades enfrentadas por estes homens permanecem, embora mudem de natureza, quando conseguem integrar-se ao mercado de trabalho. As assistentes sociais encontradas mostraram grande sensibilidade para este conjunto de problemas, sublinhando seu interesse em eventuais programas de acolha a migrantes que viesssem a ser desenvolvidos pelas instâncias governamentais. Neste sentido, e considerando o conjunto de elementos alinhados, ficou clara a existência de um importante espaço para uma ação governamental seja com vistas a uma verdadeira orientação profissional, seja voltada para o desenvolvimento de práticas que contribuam para tornar menos traumáticos os primeiros passos do migrante na cidade.

A interessante pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos de Segurança na Construção Civil junto a 666 operários, escolhidos aleatoriamente em 8 empresas, fornece um rico retrato destes homens, remetendo a alguns dos graves problemas por eles enfrentados<sup>(8)</sup>. Reproduzem-se baixo seus principais resultados.

#### Idade

18 a 20 anos.....	11,9%	36 a 40 anos.....	14,9%
21 a 25 anos.....	36,3%	Mais de 40 anos.....	9,3%
26 a 30 anos.....	17,7%		
31 a 35 anos.....	9,9%		

(8) MELHADO, Julio César e LUDOVICE, Edélcio Tirado - Grupo de Estudos de Segurança na Construção Civil (GFSEC); "Problematização da Segurança do Trabalho na Construção Civil"; in Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, nº 34, vol. 9, abr/maio/jun 81, pags. 13-21.

Região de origem

Norte.....	1,6%
Sul.....	1,1%
Centro-Oeste.....	1,2%
Leste.....	14,7%
RJ.....	7,8%
Outros.....	6,9%

Nordeste..... 81,4%

PB.....	44,7%
CE.....	17,0%
PE.....	10,9%
RN.....	3,4%
Outros.....	5,4%

Estado civil

Solteiros.....	54,2%
Amasiados.....	7,5%
Casados.....	38,0%
Viúvos.....	0,3%

Nível escolar

Analfabeto.....	17,8%
Semi-analfabeto.....	38,4%
Alfabetizado.....	29,0%
1º Grau.....	11,6%
2º Grau.....	3,2%

Número de irmãos

Nenhum.....	2,3%
1 a 2 irmãos.....	8,4%
3 a 5 irmãos.....	27,8%
6 a 10 irmãos.....	44,7%
Mais de 10 irmãos.....	16,8%

Número de filhos

Nenhum.....	56,2%
1 a 2 filhos.....	19,4%
3 a 5 filhos.....	15,8%
6 a 10 filhos.....	7,5%
Mais de 10 filhos.....	1,1%

Tempo no Rio de Janeiro

Menos de 1 ano.....	18,0%
1 a 3 anos.....	27,2%
4 a 6 anos.....	17,4%
7 a 10 anos.....	11,7%
Mais de 10 anos.....	25,7%

Visita a terra de origem?

Sim.....	68,8%
Não.....	31,2%

<u>Quando?</u>		<u>O que acha da comida?</u>
Junho.....	7,7%	Boa..... 23,7%
Dezembro/Janeiro.....	35,3%	Regular..... 44,9%
Outra época.....	24,9%	Ruim..... 14,4%
Radicados no RJ.....	32,1%	Não come na obra..... 17,0%
<u>Qual o motivo?</u>		<u>Função atual</u>
Colheita.....	7,4%	Serventes..... 28,7%
Família.....	53,8%	Pedreiros..... 11,3%
Festas.....	3,7%	Carpinteiros..... 11,0%
Outros.....	3,0%	Armadores..... 2,5%
Radicados no RJ.....	22,1%	Administrativa..... 12,9%
		Outras..... 14,0%
<u>Sente Solidão?</u>		<u>Função anterior</u>
Sim.....	56,3%	Servente..... 28,7%
Não.....	43,7%	Lavrador..... 45,8%
 		Outras na const.civil.. 5,5%
<u>Mora na obra?</u>		Outras atividades..... 17,9%
Sim.....	66,4%	Nenhuma..... 2,1%
Não.....	33,6%	
<u>O que acha de morar na obra?</u>		<u>Faz hora extra?</u>
Bom.....	25,4%	Sim..... 95,8%
Regular.....	29,4%	Não..... 4,2%
Ruim.....	14,9%	
Não mora na obra.....	30,3%	<u>Já sofreu acidente?</u>
<u>Come na obra?</u>		Sim..... 41,5%
Sim.....	83,0%	Não..... 58,5%
Não.....	17,0%	

<u>Tem interesse em frequentar algum curso?</u>		<u>Tempo máximo numa firma</u>
Sim.....	80,2%	Menos de 1 ano..... 37,7%
Não.....	19,8%	1 a 3 anos..... 43,2%
		4 a 5 anos..... 9,9%
		6 a 10 anos..... 5,3%
		Mais de 10 anos..... 3,9%
<u>Em quantas firmas trabalhou?</u>		
1 firma.....	16,2%	
2 a 3 firmas.....	28,2%	
4 a 6 firmas.....	32,7%	
7 a 10 firmas.....	13,4%	
Mais de 10 firmas.....	9,5%	

Estes resultados merecem alguns comentários. Em primeiro lugar, caberia destacar que, apesar de 55% encontrarem-se no Rio de Janeiro há mais de 4 anos, apenas 32% consideram-se radicados nesta cidade. Eles continuam, na verdade, migrantes, em migração permanente. O dado, aliás, é compatível com o fato de mais de 2/3 visitarem anualmente sua terra de origem, inclusive para realizarem a colheita (7,4%). Eis uma informação que certamente permitiria recontextualizar a visão predominantemente negativa das estruturas de acolha assistenciais quanto ao migrante-turista, que "quer conhecer o Brasil sem fazer nenhum esforço", que "está sempre viajando de um lado para outro".

Em segundo lugar, chamam a atenção as respostas que dizem respeito, de uma maneira ou de outra, às expectativas e subjetividade destes homens: há um maciço interesse em frequentar cursos (80%) e um considerável sentimento de isolamento e solidão (56%).

A reprodução destas cifras evidentemente não permite suprir a falta de uma informação mais detalhada sobre a vida, as frustrações e as necessidades destes trabalhadores migrantes da construção civil, que, no Rio de Janeiro, somam 250.000. Pode-se adiantar, no entanto, que, seja no que se refere à colocação de migrantes neste mercado de trabalho, seja no que concerne a uma intervenção e/ou associação aos serviços sociais atuantes em algumas das empresas, há um importante campo de trabalho onde até agora não se fizeram presentes iniciativas dos governos estadual e municipal<sup>(9)</sup>. Em nenhuma das duas empresas contactadas detectou-se a presença de relações, presentes ou passadas, com o Programa de Integração Profissional-Comunidade Empresa (PIPCE) ou outros serviços de colocação, embora seja grande o interesse das firmas neste tipo de colaboração, que poderia vir a reduzir significativamente seus custos de recrutamento.

Finalmente, deve-se fazer menção ao trabalho realizado pelo Serviço Médico da João Fortes Engenharia. Marcado por uma forte orientação empresarial e voltado essencialmente para o chamado exame admissional, as informações que aí vêm sendo reunidas e as pesquisas que aí estão sendo realizadas seguramente poderiam ser utilizadas como subsídios para a caracterização das realidades e necessidades dos trabalhadores migrantes.<sup>(10)</sup>

---

(9) Segundo informações colhidas na SERVENCO, a FAPERJ encontrava-se prestes a aplicar os formulários SIMI nos canteiros de obra desta empresa.

(10) Também o Serviço Social da SERVENCO, durante o período em que se realizou o levantamento, encontrava-se em fase de conclusão de uma pesquisa que buscava uma caracterização sócio-econômica-cultural dos trabalhadores da empresa.

## 6.2 - São Paulo

Em São Paulo, além da Associação de Voluntários para a Integração de Migrantes - AVIM - e a Sociedade União Masculina e Feminina dos Amigos do Jardim Maria Stella, que, por terem vinculação com o Programa Estadual de Migrações Internas, foram objeto de levantamento, identificou-se um certo número de estruturas que, na ausência de informações mais detalhadas, serão apenas mencionadas. São elas:

- Serviço de Proteção e Previdência da 8<sup>a</sup> Delegacia Policial, da Secretaria de Segurança Pública, cuja atividade consiste em recolher indigentes, processar uma triagem preliminar, fornecer passes ferroviários para o interior do Estado, albergar temporariamente carentes do sexo masculino e alimentá-los.

- Liga Nordestina, dirigida pelo casal de deputados Jorge Paulo e Nodeci Nogueira, que presta serviços de documentação e de colocação profissional, além de contar com um programa de rádio muito utilizado por migrantes recém-chegados para a localização de parentes.

- Associação de Nordestinos, que também atua na área de fornecimento de documentação e encaminhamento a emprego, havendo denúncias de que realiza aliciamento para empresas privadas (11).

- Albergue Noturno Lígia Jardim, de propriedade particular, com duas casas: uma delas destinada à população que se encontra à procura de emprego e/ou regularizando sua documentação, outra que abriga pessoas doentes ou em tratamento médico.

---

(11) A abordagem desta Associação foi tentada sem sucesso.

- Associações de moradores de favelas, como é o caso da Favela de Vila Prudente, que dispõe de uma rede estruturada de apoio a recém-chegados, que lhe são encaminhados inclusive pelo Serviço Social da Administração Regional de Vila Prudente.

A seguir descrever-se-á o funcionamento das estruturas ligadas ao sub-programa SIMI.

#### 6.2.1 - Associação de Voluntários para a Integração do Migrante - AVIM

A Associação de Voluntários para a Integração do Migrante - AVIM - foi fundada em 1974, com o objetivo de evitar o alienamento para o trabalho em indústrias, fazendas ou prostituição que era observado nas estações rodoviárias e ferroviárias: "o migrante era levado e muitas vezes até a família não sabia mais de seu paradeiro". Naquela época, também, setores da Igreja tiveram acesso a um estudo indicando que 51% dos detentos constituíam-se de migrantes, os quais consideravam "não ser possível resistir à miséria 6 meses após o desembarque": "após este tempo o recurso à violência consiste, por vezes, a única forma de sobrevivência".

Vinculada à Pastoral do Migrante da Arquidiocese de São Paulo e ao Centro de Estudos Migratórios - CEM, a AVIM funciona como seu verdadeiro órgão executivo: reúne doações financeiras e em bens de várias paróquias, centralizando a atividade de acolha de migrantes.

Para que se tenha uma idéia geral da orientação seguida

pelo trabalho pastoral da Igreja de São Paulo - e, por conseguinte, da AVIM - junto ao migrante, nada melhor que as declarações de D. Paulo Evaristo Arns recolhidas em publicação do CEM: "No período de migração mais intensa (...) a Igreja Católica optou por morar com o povo e sofrer com ele. Não quis mais criar organizações em favor do povo porque estas acabam quase sempre se transformando em obras assistenciais, ou seja, obras que cuidam de dar comida, passagens e coisas equivalentes (...) Não podemos proceder com paternalismo ou receitas prontas: o próprio migrante deve tomar sua História na mão (...) Primeiro o próprio povo toma as iniciativas de que é capaz; depois outras comunidades, com recursos materiais e humanos emprestam sua colaboração, sem tirar evidentemente a responsabilidade principal à primeira comunidade; finalmente, a grande comunidade, ou seja, a Região Episcopal e a Igreja toda, cobrem os espaços vazios que ainda restam (...) Também nos esforçamos para reativar as paróquias junto às estações das rodovias e ferrovias da capital. Unidas em setor, podem lançar mão de recursos adequados para a hora da chegada e para o primeiro encaminhamento das pessoas ou famílias"<sup>(12)</sup>.

Localizada à Rua do Glicério, bem próximo ao Terminal Rodoviário do Glicério, a AVIM tem uma clientela constituída exclusivamente de migrantes que hajam chegado à cidade há menos de 6 meses (os outros são encaminhados a outras obras da própria Igreja Católica, em particular para a Organização do Auxílio Fraterno). Em seus primeiros tempos (1975/1976), realizava uma ronda noturna que visava recolher migrantes desorienta-

---

(12) O Migrante, novembro/1977.

dos nas estações rodoviárias e ferroviárias. Atualmente, sendo bastante conhecida e face ao custo da gasolina, tal atividade foi suspensa: os migrantes chegam encaminhados por todas as instituições que atuam na área social, pelas próprias paróquias, pela Polícia Militar, pela CETREN, etc.

Para desenvolver suas atividades e montar sua sede, a AVIM transformou parte das instalações da Igreja Nossa Senhora da Paz, dotando-a de condições para albergamento e atendimento ao público. Na Zona Sul da cidade, instalou um sítio utilizado para cursos profissionalizantes; na Zona Leste equipou duas escolas com vistas à execução de outros cursos (13).

Os cursos constituem a atividade à qual se confere maior valor na AVIM. Para sua efetivação, recruta ela mesmo os instrutores, embora receba recursos oriundos de convênios firmados com o SENAI e com a COBES (NUFORT) (14).

Os cursos desenvolvidos no sítio visam a formação de trabalhadores horti-fruti-granjeiros. Há uma forte preocupação em fornecer aos voluntários conhecimentos que lhes permitam gerir uma exploração agrícola, conhecimentos que estariam "sendo extraídos do trabalhador rural". O sítio é pequeno e pobre, mencionando apenas sua criação de porcos, que além de servir a um curso de suinocultura (apoio LBA), fornece linguiça para a comercialização e carne para o consumo da própria instituição.

(13) As escolas da Zona Leste não foram visitadas, por encontrarem-se em férias durante o período em que se realizou o levantamento da AVIM.

(14) V. Capítulo V. No que se refere aos cursos resultantes destes convênios, a AVIM tem a maior preocupação em manter sua autonomia pedagógica, limitando-se a fazer uma prestação de contas às entidades financiadoras.

ção. Além da formação profissional, pretende-se com o sítio propiciar aos alunos uma experiência comunitária, em que seus problemas e possíveis soluções sejam discutidos "à luz de uma perspectiva mais ampla, social". O movimento no sítio, quando da visita a ele realizada, era relativamente reduzido, em função do período de férias. Foi possível, não obstante, assistir Pe. Alberto, Diretor da Associação, juntamente com um pequeno grupo de migrantes, abater um certo número de suínos.

A capacidade do sítio é de 30 homens, que ali permanecem durante a semana, mas que passam os sábados e domingos na sede. São levados a esta atividade, preferencialmente, homens solteiros, já que os casados costumam ficar com suas famílias.

Os demais cursos são oferecidos na própria sede (cabeleireiro, costura) ou nas duas escolas da Zona Leste (construção civil, cozinha comercial, etc). Estes cursos, com duração de três meses, custaram, em média, no ano de 1981, entre Cr\$ 20.000 e Cr\$30.000 cada um, tendo atingido no total a 2.000 migrantes.

O espaço da sede, na Igreja Nossa Senhora da Paz, assemelha-se ao de um convento, cujas portas, porém, estão permanentemente abertas para a entrada ou saída de migrantes, visitantes e, inclusive, empregadores. Os alojamentos no andar superior, circunscrevendo um pátio aberto, dividem-se em duas alas, separadas por salas de aula. Tanto na ala feminina (onde são recolhidas também as crianças) quanto na masculina, tem-se uma série de cômodos amplos (relativamente ao número de leitos, nunca superior a 10), bem iluminados e arejados por grandes ja-

nelas. No mesmo corredor onde se encontram os dormitórios masculinos estão os quartos particulares dos padres.

Durante o dia os dormitórios ficam fechados, sendo a medida explicada da mesma maneira que em outros centros de abrigamento: higiene. A cozinha, situada no térreo, entre as salas de entrevista e o escritório do Diretor, é ligada diretamente ao refeitório, que recebe para as refeições, no mesmo horário e sem discriminação de sexo, funcionários e hóspedes.

Na manhã e pela tarde mulheres e crianças circulam livremente, ocupando sobretudo o pátio. Grande, no entanto, é o número daqueles que utilizam seu tempo para providenciar documentação, amprégo, moradia.

O que mais favoravelmente impressiona na AVIM é o ambiente geral, o clima de liberdade, o contacto estreito entre funcionários e hóspedes. Os funcionários conversam muito com os migrantes, conhecem seus nomes, suas estórias, sua família, sendo possível perceber, em alguns casos, o surgimento de laços afetivos. Existe uma ordem visível, mas a burocracia parece ter sido reduzida ao mínimo: as fichas não pretendem controlar os migrantes ou seu movimento, mas registrar seus problemas sociais. Os recursos humanos são também reduzidos ao indissensável: 3 padres - um dos quais é o Diretor -, 3 assistentes sociais, 1 recepcionista, 1 cozinheira, 1 faxineira e 1 tesouraria.

A facilidade e o caráter pessoal do contacto ficou bem ilustrado pelas sucessivas interrupções provocadas na entrevista,

ta com o Diretor por migrantes que entravam em sua sala para resolver algum problema.

Caberia também destacar o caráter aberto da instituição. Em uma visita foi observada a presença, no pátio, de um agenciador de mão-de-obra que procurava homens para o trabalho numa obra. Esta pessoa foi-se irritando porque não conseguia seu intento: um dos migrantes colocava como condição para aceitar o trabalho o direito de levar a mulher; outro se recusava a ir enquanto não lhe fosse esclarecido o nome da empresa e o local de trabalho (mantidos em segredo pelo agenciador). Em outra ocasião, uma senhora, que se apresentou como síndica de um prédio vizinho, procurava um faxineiro para realizar "na mesma hora" um trabalho, que serviria também de teste para uma possível contratação: ninguém aceitou.

O comportamento dos funcionários em situações como estas é interessante: não impedem como tampouco promovem a entrada de eventuais empregadores, mantendo-se alheios à negociação que se efetua. O elemento mais importante, talvez, seja que os migrantes se sentem suficientemente apoiados para não aceitarem "qualquer coisa porque seu prazo está esgotado". Ao mesmo tempo, não são protegidos, proteção que não consegue senão, geralmente, infantilizá-los e torná-los dependentes.

Esta possibilidade aberta aos migrantes acolhidos pela AVIM não parece, em absoluto, estimular o comportamento acomodado e aproveitador por parte dos atendidos, coisa tão temida em outras instituições: o tempo médio de permanência no alojamento é de uma semana (3 meses quando a pessoa segue o curso

no sitio).

A AVIM, de todas as instituições visitadas parece ser a única onde se encontra definida de forma consciente e inequívoca o caráter de estrutura de acolha de migrantes. A palavra carença não foi ouvida em nenhuma conversa ou entrevista... a não ser de uma assistente social incorporada recentemente à Associação, e cuja experiência anterior se dera na CETREN. Volta da efetivamente para a integração, articulada com a cidade através das diferentes paróquias e da Pastoral de Periferia, oferecendo todo apoio para a obtenção de documentação, de formação profissional, seu relativo sucesso não pode ser atribuído senão a seu caráter aberto.

Padre Alberto, Diretor da AVIM, no entanto, não alimenta ilusões quanto às limitações deste sucesso. Considera seu trabalho meramente paliativo e imediatista, porém necessário do ponto de vista humanitário. Ao invés de elogiar a instituição, prefere sublinhar seu "ceticismo quanto à eficácia de qualquer trabalho que vise resolver o problema dos migrantes dentro de um quadro de capitalismo selvagem". Não deixa de ser um aparente paradoxo que exatamente naquela estrutura onde se constata a mais firme posição de crítica às condições estruturais que geram as migrações e a marginalização do migrante se encontre também o mais eficaz trabalho no sentido de sua integração.

6.2.2 - Sociedade União Masculina e Feminina dos Amigos do Jardim Maria Stella

Situada à Rua Professor Almeida Porto, a Sociedade União Masculina e Feminina dos Amigos do Jardim Maria Stella - SUMFAJMS - foi fundada em 1969/1970, em torno a reivindicações dos moradores do bairro por uma série de melhorias. Com a abertura posterior de uma creche e a instalação de um curso do MOBRAL, a Sociedade teve que modificar seus estatutos, tornando-se sociedade assistencial. Funcionam também na SUMFAJMS cursos de corte e costura, dactilografia, além de serviços de atendimento médico (3 voluntários) e de assistência jurídicas (problemas trabalhistas).

Além das contribuições de seus associados, a Sociedade conta com recursos dos seguintes órgãos: FEBEM, programa PRÔ-NUTRE da Secretaria de Promoção Social, Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo. Segundo sua Presidente, no entanto, a creche tende a ser fechada, pois os recursos são muitos escassos.

No que se refere ao atendimento específico a migrantes, a SUMFAJMS recebe, desde agosto de 1980, uma verba federal (MINTER), que já vem dividida em 3 partes:

- uma parcela para a própria Sociedade;
- uma parcela para o Metrô;
- uma parcela para a COBES.

No caso das duas últimas parcelas, a Sociedade funciona como simples repassadora das verbas. Embora a situação não seja muito clara, a explicação dada pela já citada Presidente é a seguinte: o fato de a SUMFAJMS estar credenciada e com todos os registros exigidos perfeitamente em ordem, coloca-a em condições de receber verbas para atendimento de migrantes (o que não

ocorreria com a COBES e o Metrô, segundo a mesma informante, por razões desconhecidas).

Os migrantes são encaminhados à Sociedade sobretudo pelo posto de serviço social do Metrô no Terminal do Glicério e pela Polícia Feminina deste e de outros terminais. Os serviços oferecidos são os seguintes: refeições, auxílio para a procura de emprego, documentação e atendimento médico de emergência. Os migrantes atendidos ficam geralmente pouco tempo: o suficiente para almoçar ou jantar, ou para providenciar a documentação. De modo geral, devem responder a uma série de perguntas para o preenchimento do formulário do SIMI. Nas três primeiras semanas do mês de outubro de 1981 foram atendidos 85 migrantes.

Atralmente a Sociedade tem encontrado uma certa dificuldade para colocar os migrantes, mas normalmente é procurada por uma série de empresas, entre as quais se destacam a Eveready e a Orniex. Instalada numa casa cedida pela sua Presidenta, a SUMPAJMS é bastante modesta, mas não há como negar que, ao nível de suas dimensões, realiza uma atividade de acolha que seguramente representa um apoio importante para os migrantes que a ela são encaminhados.

CAPÍTULO 7ESTRUTURAS DE ACOLHA: UM PRIMEIRO BALANÇO

A pesquisa realizada forneceu rico material para uma reflexão a respeito do conjunto da atividade assistencial desenvolvida pelo poder público e por entidades privadas nas duas cidades. Respeitando o objetivo deste projeto, o balanço apresentado neste capítulo se restringirá à discussão de problemas, que afetem diretamente a acolha de migrantes.

A este nível, uma constatação se impõe: as instituições governamentais que atuam na área vêm-se mostrando incapazes de cumprir a contento sua função primária, qual seja, a de contribuir de forma efetiva para a integração dos migrantes. Esta opinião, aliás, é compartilhada pela imensa maioria dos agentes que trabalham nestas estruturas - assistentes sociais, técnicos, funcionários dos diversos escalões. Ao buscarem explicações para este fracasso, estas pessoas formulam as mais variadas justificativas, que vão desde a falta de recursos até a crise de emprego, passando por avaliações críticas da estrutura fundiária em nosso país e de variados aspectos do modelo econômico vigente.

De modo geral, no entanto, inexiste uma reflexão mais sistemática sobre a natureza mesma da ação destas instituições e sobre formas de acolha alternativas. A frustração generalizada dos agentes com o trabalho que realizam, via de regra, tem produzido um comportamento rotineiro ao qual se adaptaria perfeitamente o lema: "fazemos o que podemos". Neste quadro, não surpreende que a falta de recursos seja apontada pela maioria

dos entrevistados como problema central.

A escassez de recursos dos serviços de promoção social, e dos serviços de atendimento a migrantes em particular, é notória; seria, entretanto, grave engano atribuir-lhe todos os males. A simples comparação das ações governamentais no Rio de Janeiro e em São Paulo deveria servir de advertência para que não se reduzam a fatos financeiros questões que envolvem outras e bem mais complexas esferas do trabalho de acolha a migrantes. Com efeito, o volume de recursos do Governo paulista engajados em estruturas que acolhem migrantes é largamente superior aos montantes dispendidos pelo Governo fluminense na mesma área, sem que se possa perceber na capital daquele Estado uma eficácia e um sucesso proporcionalmente mais expressivos.

A discussão, certamente, deveria concentrar-se na forma com que são utilizados os recursos, ou melhor, na orientação geral que guia a intervenção dos serviços que hoje acolhem migrantes. Seria o caso de se perguntar se ao invés de reivindicar uma nova injeção de verbas com vistas à ampliação da capacidade destas estruturas, não se deveria partir para uma rediscussão da própria natureza e lógica de seu funcionamento.

A questão fundamental reside, segundo a hipótese aqui formulada, na distorção resultante da incorporação de serviços de atendimento a migrantes aos serviços voltados à chamada população carente. Estas distorções já foram sugeridas, bem como já se indicaram elementos para uma reflexão a respeito de suas consequências sobre os migrantes que a eles recorrem ou são en-

caminhados. Em particular, foram feitas descrições relativamente detalhadas do universo destas instituições. O fato é que elas são ocupadas por uma população que, em sua grande maioria, já foi marginalizada ou encontra-se em processo acelerado de marginalização. Se a marginalidade não pode, evidentemente, ser considerada doença contagiosa não se pode esquecer que o mundo com o qual o migrante entra em contacto é já um mundo segregado. As normas disciplinares estritas, as repetidas triagens e fichas a serem preenchidas, o verdadeiro enclausuramento a que é submetido em algumas das instituições estudadas seguramente não apontam para uma posterior integração.

Não é casual o fato de em praticamente todos os questionários aplicados, à pergunta sobre a natureza da clientela atendida ter-se obtido a resposta: pessoas carentes. Inclusive em instituições oficialmente destinadas à acolha de migrantes e onde estes são muito numerosos, o reconhecimento da especificidade de tal clientela é raro, sendo muitas vezes rechaçado quando apresentado durante a entrevista.

O migrante introduzido na rede de assistência ao carente afasta-se, via de regra, ao invés de aproximar-se, da integração à cidade grande que buscava através da migração. O homem que desembarcou na estação rodoviária e foi roubado, ou não apresentou uma documentação suficiente ao policial que o interpelou, ou não encontrou as pessoas que eram suas referências na cidade, ainda não é um carente. Mas na medida em que é encaminhado a um centro de triagem, triado, fichado, entrevisitado, disciplinado, enclausurado, torna-se quase inexoravelmente carente diplomado. É a própria instituição, num certo sentido

pelo tipo de serviço que presta - e pelas contrapartidas cobra - a responsável por este processo.

Esta abordagem pode parecer excessivamente rigorosa, mas as provas apresentadas foram múltiplas. O exemplo fornecido pela Associação de Voluntários para a Integração do Migrante - AVIM - pode, em alguma medida, servir de espelho invertido para o trabalho desenvolvido nas instituições governamentais. De qual a categoria migrante é conservada em sua integridade. Seus funcionários e seu Diretor certamente não desconhecem a existência de pessoas carentes; mas o fato de garantirem a especificidade de seus serviços e encaminhamentos, capacita-os a efetivamente contribuirem para a integração de sua clientela.

Os recursos materiais e humanos de que dispõe a São largamente inferiores aos de instituições com a CEFET, e dade advém do caráter aberto da estrutura, da ligação com cursos de formação profissional, paróquias e associações rias espalhadas pela cidade. Este conjunto de elementos tem uma natureza diferenciada a suas práticas e respostas bastante mais positivos no que concerne à integração. As ações voltada para fora, para o mercado de trabalho; os centros de cões de bairro, para a cidade, para as paróquias e entidades assistenciais.

A maior relevância destacar que tais diferenças

refletem orientações contrárias, são percebidas quase que intuitivamente por funcionários da própria CETREN. É o que ocorre quando o porteiro desta última afirma que muitas vezes indica a AVIM para migrantes que foram encaminhados à CETREN a partir do Terminal Rodoviário. Perguntado sobre os critérios à luz dos quais realizava esta sua triagem particular, respondeu que mandava para a AVIM aquele pessoal "com mais cara de trabalhador". No próprio terminal, à pergunta sobre as razões que levavam a encaninar alguns migrantes à AVIM e outros à CETREN, uma agente social respondeu escolher a primeira para aquelas pessoas ou famílias que, a seu ver, mais necessitam de "apoio e carinho para não se perder".

Não há dúvida que resulta extremamente difícil articular categorias tão disparem quanto trabalho e carinho. Pretender-se com estas rápidas ilustrações, simplesmente, mostrar que a diferença entre uma instituição de atendimento a carentes onde a categoria migrante foi - oficial ou extraoficialmente - diluída e outra onde esta última categoria guardou sua especificidade é captada, embora de forma difusa e impressionista, por funcionários envolvidos na acolha de migrantes recém-chegados.

Seria obviamente um erro transformar a AVIM em modelo intocável a ser copiado. Suas dimensões modestas, suas formas de articulação com a comunidade, sua relativa informalidade - pouquíssima burocracia - , não obstante, constituem linhas de trabalho que mereceriam tornar-se objeto de uma reflexão cuidadosa.

Se a AVIM presta-se muito bem a este tipo de comparação

é porque tem uma estrutura de atendimento bastante similar à das instituições subordinadas à Secretaria de Promoção - em São Paulo - e à Fundação Leão XIII - no Rio de Janeiro. Se se tomam, no entanto, os serviços oferecidos por outras instituições não governamentais, perceber-se-á que também aí, em muitos casos, se têm gerado contribuições mais significativas à integração do migrante que naquelas subordinadas ao poder público. É, por exemplo, indubitável que os serviços de colocação da Associação de Proteção aos Nordestinos funcionam bem mais eficazmente que os do Centro João XXIII ou do Departamento de Amparo e Integração Social - DAIS. Provavelmente, também aí o fato de se trabalhar de forma discriminada com migrantes deve desempenhar um papel importante<sup>(1)</sup>.

Já o Serviço de Orientação Profissional e Colocação do Banco da Providência, embora com resultados melhores que os do Centro João XXIII, parece padecer dos mesmos problemas. A categoria migrante é diluída na categoria carente, não sendo o processo de marginalização e segregação enfrentado com o sucesso que se poderia almejar. O Banco é, hoje, quase que uma instituição à margem da rede oficial; se o tratamento recebido por seus

---

(1) É certo que as relações entre associações como a APN e o mercado de trabalho estão a merecer um melhor estudo. Até que ponto não funcionam como um campo segregado deste próprio mercado, do qual se aproveitam algumas empresas? Eis aí uma dúvida que precisa ser melhor esclarecida. Quanto à utilização política destas associações, ela é inequívoca, e o conflito que recentemente envolveu a Feira de São Cristóvão aponta para a existência de questões que a pesquisa não pôde nem pretendeu captar. Seja como for, o fato é que também estas instituições especificam o migrante, funcionam de forma extremamente ágil e voltam-se para fora delas (inclusive, se assim não fosse, os dividendos políticos seriam escassos ou nulos).

clientes é bem mais atencioso e respeitoso, a orientação geral parece pouco diferenciada. Sintomático deste processo é que o cartão de inscrição no albergue sirva como documentação suficiente para conseguir o almoço gratuito oferecido pelo Banco, a indicar que se está quase produzindo uma documentação específico do indivíduo carente, segregado, cliente das instituições assistenciais.

É bom que se advirta uma vez mais que não se está avaliando o conjunto das atividades desenvolvidas pelas entidades assistenciais, mas, exclusivamente, seu significado para uma parcela específica - que deveria ser especificada - de sua clientela: os migrantes. Para estes, o resultado tem sido em primeiro lugar segregação, em segundo lugar reemigração (através da concessão de passagens) e, finalmente, em último lugar integração.

x - x - x

A análise comparativa do trabalho efetuado pelos órgãos governamentais no Rio de Janeiro e em São Paulo vem confirmar a hipótese proposta. Como se havia anunciado no Capítulo 2, referente às políticas vigentes, e como deve ter ficado claro no Capítulo 4, onde se descreveram as estruturas, o Governo de São Paulo dispõe de um aparato bem mais poderoso e desenvolvido que o Governo do Rio de Janeiro para atuar na área de acolha a migrantes. O resultado desta maior capacidade de intervenção, entretanto, infelizmente, não aponta senão para uma agudização dos aspectos segregadores da acolha oferecida àqueles que afluem à capital paulista.

A começar pela própria estação de desembarque, em São Paulo ela se configura como espaço segregado - "Rodoviária dos Nordestinos. Avançando na comparação e tomando o complexo CETREN-DAIS, de um lado, e o Centro de Triagem João XXIII, de outro, também se poderá constatar que no primeiro o enclausamento, a burocratização, a redução do migrante à passividade típica do carente diante de instituições assistenciais estão muito mais presentes. É como se o sistema que leva à segregação estivesse mais estruturado e funcionalizado em São Paulo, e, consequentemente, mais afastado dos seus objetivos originais. Tal situação, seguramente, somente tenderá a agravar-se com a projetada ampliação da CETREN e do DAIS, sem falar da criação de novos albergues, obras para os quais estão previstos investimentos da ordem de Cr\$ 805.558.000<sup>(2)</sup>.

Face a estas realidades e por paradoxal que pareça, é possível afirmar que o atraso verificado no Rio de Janeiro pode ser colocado a serviço da implantação de uma política e de práticas de acolha de migrantes que sejam iluminadas por concepções distintas das atualmente dominantes. A relativa fragilidade das estruturas cariocas, o baixo nível de implantação dos serviços governamentais, podem ser transformados em virtudes se transformarem-se em base para estruturas ágeis, leves, voltadas para o universo urbano.

x - x - x

Também as estruturas associadas a programas municipais

(2) COORDENADORIA DE APOIO SOCIAL/GABINETE DO COORDENADOR; Expansão dos Programas de atendimento a Pessoas Carentes na Região Metropolitana de São Paulo. Necessidades da Coordenadoria de Apoio Social, pag. 9

merecem algumas palavras. A situação de marginalização em que se encontram no que concerne à formulação e execução dos programas estaduais de migrações internas, referida no Capítulo 2, reaparece na ação concreta de acolha. Em São Paulo a questão ganha contornos particulares visto ter a Prefeitura definido claramente seu não envolvimento com o problema migratório e com a assistência a migrantes. É por trabalhar de forma extremamente consciente com a categoria *município - residente há pelo menos 6 meses na capital* - que esta Administração recusou e continua a recusar a responsabilidade por postos de serviço social em terminais rodoviários. Tal princípio, baseado em pressupostos bastante discutíveis, seria perfeitamente compreensível se resultasse de uma verdadeira e eficaz divisão de trabalho; em outras palavras, se se encontrasse, como contrapartida dos órgãos estaduais, uma clara especificação dos serviços a serem oferecidos ao migrante. Ora, já foi longamente comentado que tal contrapartida inexiste, residindo na diluição da categoria migrante o problema principal das estruturas de acolha da Secretaria de Promoção Social. Neste quadro, a firmeza com que a Administração municipal defende a especificidade do migrante parece resultar muito menos de uma clara orientação a respeito do problema, de uma efetiva divisão do trabalho e, consequentemente, de uma íntima cooperação inter-institucional, que de um mero expediente administrativo.

Seria um erro supor que não haja nenhum contacto entre estruturas estaduais e municipais. Pelo contrário, como deve ter ficado claro nos relatos dos encaminhamentos feitos pelos diferentes órgãos, é normal o envio de clientes de uma instância para outra, de um serviço a outro. Ocorre, simplesmente, que

de modo geral, isto resulta da iniciativa dos próprios funcionários, a seu critério e arbitrio. O exemplo do posto do Terminal do Glicério mostra a que ponto pode chegar a desarticulação entre instâncias governamentais que respondem, em princípio, a um mesmo comando político: nem a COBES, nem a SEPS reconheceram sua competência na área, ficando o problema resolvido através de uma saída que colocou o terminal sob responsabilidade do Centro de Controle Operacional do Metrô.

No Rio de Janeiro a situação da participação municipal é ainda mais dramática. Enquanto em São Paulo o problema já foi, pelo menos, objeto de discussões e motivo de impasse, no Rio de Janeiro, até o momento, a Prefeitura e sua Secretaria de Desenvolvimento Social encontram-se completamente alheias ao que se passa na área de intervenção junto a migração. Se nas instâncias superiores percebe-se um início de despertar para o problema - de que são reflexo dois estudos já realizados sobre o problema migratório -, na ação pouco se encontrou.

O problema é de maior monta que em São Paulo, pois se neste Estado há uma importante rede estadual atuando na capital, no Rio de Janeiro nem isto existe. As relações com a Fundação Leão XIII são em sua quase totalidade informais e resultantes de iniciativas individuais. Acresça-se o fato de que esta Fundação, apesar de definições estatutárias que a comprometem com a integração do migrante, vem intervindo, segundo declaração de seus responsáveis, apenas na área de auxílio emergencial - "um prato de comida, um lugar para dormir alguns dias".

No que se refere à participação da Prefeitura carioca no "Programa Estadual de Migrações Internas" - SIMI e SAMI -, ela é praticamente nula. Houve uma tentativa, por parte da FAPERJ, de incorporação dos serviços sociais regionais ao SIMI, através da implantação de postos de coleta. O treinamento para o preenchimento de questionários oferecidos aos funcionários destes serviços não foi suficiente para efetuar a tão necessária articulação. Isto se refletiu na pouca mobilização dos técnicos para uma atividade na qual não percebiam um real interesse de sua Secretaria, cujo significado lhes parecia obscuro e cuja utilidade julgavam irrisória.

Ora, a implantação do SIMI e a incorporação de postos de coletas em seus serviços teria sido uma excelente oportunidade para que a SMD elevasse o nível das discussões e reivindicasasse uma participação mais ativa na formulação e execução do Programa Estadual. Evidentemente, tal reivindicação somente será justificável frente a órgãos estaduais se ela for acompanhada de uma disposição de caminhar, junto com a PAPERJ e sob sua coordenação, no sentido da implantação do SAMI na cidade do Rio de Janeiro.

$$x = x - x$$

Caberia ainda comentar o significado da ação das estruturas de acolha não governamentais. Em São Paulo, já foi razoavelmente explicada a atenção que merece o trabalho que vem sendo desenvolvido pela AVIM, única instituição não governamental de importância sobre a qual se fixou o levantamento. No Rio de Janeiro, a preocupação em varrer de forma mais abrangente o u-

niverso permite algumas indicações.

A exceção da Associação de Proteção aos Nordestinos, nenhuma outra obra social caracteriza seu atendimento como sendo especificamente voltado para migrantes. Merece destaque, não obstante, a experiência da Obra Social Padre Gailhac. Embora sem nenhuma orientação neste sentido, esta obra acabou como que sendo apropriada por uma rede informal de migrantes, que a transformaram em espaço especificado de sua formação e capacitação.

Situações como esta estão a indicar três elementos que parecem fundamentais para qualquer política de acolha de migrantes:

- 1º) existe um imenso potencial de recursos comunitários que podem ser mobilizados para atividades voltadas à integração de migrantes;
- 2º) existe uma enorme demanda de serviços desta natureza;
- 3º) estes serviços parecem ser de muito maior eficácia e poder de difusão quando se encontram inseridos na vida cidade e voltados para ela.

Quanto às atividades da Associação de Proteção aos Nordestinos, já se sublinhou a necessidade de aprofundar o conhecimento a seu respeito. A importância da APN ultrapassa de muito o papel desempenhado pelo seu pequeno escritório de colocação e concessão de passagens; afinal de contas, a Feira de São Cristóvão representa, indubitavelmente, o mais importante ponto de concentração regular de migrantes nordestinos da cidade

do Rio de Janeiro.

Finalmente, este balanço deveria fazer referência ao que se pode apreender no rápido contacto com as estruturas classificadas como empresariais e profissionais.

No que concerne às agências de emprego doméstico, o que se pode constatar é sua incapacidade de atuar no sentido da integração de migrantes recém-chegadas, a menos que modifiquem sua filosofia de trabalho. As exigências feitas às candidatas indicam que sua ação desenvolve-se muito mais no interior do comércio que à sua entrada. Estudos voltados para um melhor conhecimento do mercado de emprego doméstico provavelmente contribuiriam para conhecer este segmento do mercado de trabalho, responsável, segundo os dados do censo de 1970, pelo emprego de nada menos que 68% da população ativa feminina de migrantes com menos de 2 anos de residência na cidade.<sup>(3)</sup>

Estes dados justificam que se confira atenção a este setor, sobretudo se se tem em conta a existência de uma associação profissional bastante dinâmica - Associação Profissional das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro -, que vem acolhendo indiscriminadamente aquelas que já se fixaram há algum tempo e aquelas que recém-desembarcaram.

Quanto ao setor da construção civil, embora o número de empresas levantadas tenha sido extremamente limitado, as informações colhidas só vêm confirmar que nele se concentra a mais importante demanda de migrantes homens recém-chegados. Por

---

(3) MARTINE e PELIANO; op. cit., pag. 43.

outro lado, o desenvolvimento de serviços sociais em várias delas parece favorecer, em certa medida, o estabelecimento de um diálogo com estruturas oficiais voltadas para a acolha de migrantes. Não foi possível, nem se pretendeu, estabelecer contactos com as instâncias dirigentes de tais empresas, mas pode-se asseverar que entre as assistentes sociais ali trabalhando existe uma imensa disposição em levar adiante uma ação sistemática que facilite o migrante em seu processo de integração. No que se refere ao recrutamento, evidentemente, o interesse das empresas é bastante grande: a existência de serviços de colocação de migrantes poderia reduzir seus custos de recrutamento e seleção, bem como amenizar os problemas advindos da extrema mobilidade desta mão-de-obra circulante.

Este tipo de relação com empresas, no entanto, não poderia ser abordado senão com extremo cuidado, pois filosoficamente parece inaceitável a transformação da Administração Pública em agência de pessoal a serviço do empresariado, ou de parceiras deste. Voltar-se-á a esta problemática na última parte deste relatório, onde se buscará construir uma visão global das questões relativas à intervenção governamental no processo de acolha de migrantes.

x - x - x

A conclusão deste capítulo poderia ser a seguinte: os migrantes enfrentam enormes dificuldades para sua integração no universo urbano, dificuldades que se apresentam já no desembarque e que se multiplicam quando, em casos de desembarques fracassados, são obrigados a recorrer ou são encaminhados a servi-

ções oficiais de acolha. Estes serviços, pela sua natureza assistencial, que os leva a diluírem a categoria migrante na categoria carente acabam, via de regra, por tornar a integração um objetivo cada vez mais distante. O migrante não integrado, o migrante fracassado, segregado e transformado em carente será, muito possivelmente, um cliente crônico das instituições de assistência social. Se não parece justo atribuir a estas estruturas a total responsabilidade pelos processos de marginalização a que são submetidos estes migrantes, parece não restar dúvida de que elas ou bem contribuem para tal processo ou bem se mostram incapazes de contraporem-se minimamente a ele.

Seria trabalhoso, mas não impossível, efetuar um cálculo custo-benefício de estruturas de acolha alternativas. Quanto custa a integração de um migrante por estruturas da natureza da AVIM? Quanto custa a integração de um migrante por estruturas da natureza da CETREN e do Centro João XXIII? Mais importante, no entanto, é advertir para o enorme custo social da segregação, para a dramaticidade da situação a que acabam sendo submetidos homens e mulheres que, cheios de iniciativa, atravessaram milhares de quilômetros e, de um momento para outro, vêm-se reduzidos à triste situação de passivos clientes da assistência pública - enquanto mendigos nas ruas, enquanto carentes nas instituições assistenciais ou alternando as duas situações.

Quanto mais afastadas das instituições fechadas e burocratizadas, mais eficazes parecem ser as estruturas de acolha. Quanto mais voltadas para as comunidades, quanto mais leves e ágeis, quanto mais específicas, maior se demonstra sua capaci-

dade de, pelo menos, minimizar, para o migrante, o impacto de seu mergulho neste mundo desconhecido e hostil da grande cidade.

P A R T E      III - CONCLUSÃO

CAPÍTULO 8QUESTÕES FUNDAMENTAIS PARA UMA POLÍTICA DE ACOLHA DE MIGRANTES

Antes de mais nada é necessário destacar o caráter parcial e tentativo do que aqui se apresenta à guisa de conclusão. O caráter exploratório do projeto executado e o curto espaço de tempo de que se dispunha dificultaram imensamente um real amadurecimento da reflexão acerca do universo estudado. Sómente tendo-se em mente tais limitações será possível compreender quão importante é o trabalho que ainda, está, por ser realizado para que se construam bases minimamente sólidas para a formulação de uma política de acolha de migrantes que consiga escapar à fácil rotina da ampliação dos serviços já existentes; rotina que permite anunciar a existência de uma importante estrutura de promoção social, mas pouco contribui para ajudar os principais interessados a superar seus dramáticos problemas de inserção.

O que aqui se pretende, pois, é menos a formulação de propostas concretas, e mais o ordenamento de um certo número de questões a serem enfrentadas, indicando-se quando possível, algumas linhas que poderiam contribuir para tal enfrentamento.

O objetivo central do projeto era o de levantar, descrever e analisar o funcionamento das estruturas de acolha de migrantes, em particular aquelas da esfera governamental. Em outras palavras, produzir o diagnóstico destas estruturas. Como se pode ver no Capítulo 7, este diagnóstico aponta para a existência de uma grave doença, manifestada tanto pela insuficiência - ou completa ausência - da intervenção ali onde ela se

mostra indispensável, quanto pelas distorções evidenciadas nas práticas desenvolvidas, ali onde a intervenção se faz sentir.

Buscando recuperar o roteiro percorrido ao longo do relatório, as questões que parecem relevantes situam-se em quatro níveis, a saber:

- 1º) contexto migratório no qual se inseriria uma política de acolha;
- 2º) contexto político-institucional no qual se inseriria tal política;
- 3º) princípios básicos desta política;
- 4º) estruturas e práticas de acolha propriamente ditas.

Neste último capítulo será dado um tratamento sintético a cada um destes níveis.

#### 8.1 - Contexto Migratório

O ponto a ser aqui ressaltado diz respeito às expectativas que se pode ter com respeito à evolução dos fluxos migratórios a curto e médio prazos. Tudo indica que estes fluxos devem manter-se, não sendo improvável que se avolumem. O impacto esperado das políticas de desconcentração industrial, de criação de novos polos de desenvolvimento, de redistribuição do contingente demográfico nacional e de fixação de populações nas zonas tracionalmente expulsoras, não parece ser capaz de neutralizar o impacto provocado pelas tendências espontâneas de um processo desenvolvimento com os padrões ora dominantes.

Neste sentido, as metrópoles nacionais e regionais, e o

Rio de Janeiro em particular, deverão manter seu papel de foco de atração de migrantes. Mantidos os padrões e a lógica de desenvolvimento vigentes - a insistência é aqui proposital - a acolha de migrantes permanecerá como uma questão a ser enfrentada e resolvida no âmbito da cidade do Rio de Janeiro; e isto, mesmo que os fluxos do interior do Estado e de outras unidades da Federação se mantenham estáveis ou, inclusive, recuem um pouco, posto que a cidade continuará a defrontar-se com mas sas de migrantes extremamente importantes em termos absolutos.

Este fato, por si só, já seria suficiente para justificar o projeto exploratório que se vem de realizar na área da acolha de migrantes. Mas o que importa relevar é que a possibilidade de desdobrar tal projeto depende, em primeiro e principal lugar, de uma clara consciência do problema aqui sintetizado. Esta consciência deve calcar-se também na compreensão de que não é a migração a responsável pelo processo de marginalização na cidade. Do ponto de vista do migrante, geralmente é o reconhecimento de sua situação de marginalização - ou quase - no lugar de origem que o leva a realizar a migração. Paciente e não agente - de um processo de transformação social que é vivido enquanto deslocamento no espaço de uma teia complexa, de relações sociais, o migrante não está senão buscando re-situar-se enquanto proletário, cidadão e citadino. Que ele não se transforme, porque migrante, em sub-proletário, em cidadão da segunda classe e em citadino segregado, eis objetivos que uma política urbana de desenvolvimento social pode legitimamente propor-se.

#### 8.2 - Contexto Político-Institucional

Quando entrevistado para o esclarecimento de questões relativas ao objeto deste relatório, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, Dr. Vicente Barreto, destacou de forma bastante pertinente os obstáculos com que hoje se defrontam os municípios brasileiros para desenvolverem uma ação administrativa minimamente eficaz. O impressionante processo de concentração de recursos - e, consequentemente, do poder a eles associado - nas mãos da União levou as municipalidades a uma situação de extrema dependência. Na cidade do Rio de Janeiro, os efeitos desta perda geral de autonomia das administrações locais foram agravados pela fusão com o antigo Estado do Rio de Janeiro.

Transpondo o problema para a área de políticas migratórias, não há como negar que também aí se fazem sentir as consequências do fenômeno acima referido. É inegável, por outro lado, que por sua importância sócio-econômica e política, a cidade do Rio de Janeiro tem condições de pressionar no sentido de uma participação mais ativa num processo de tomada de decisões que lhe dizem diretamente respeito. A nível estadual, sobretudo, isto é possível, pois eventuais problemas que poderiam resultar de divergências político-partidárias entre diferentes esferas do poder público estão, por norma constitucional, afastados, uma vez que a indicação do comando da administração da capital é competência do Governador.

Nestas condições, urge superar uma situação em que a cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, centro de sua vida econômica e política, principal foco de atração de migrantes, vê sua Administração municipal completamente alheia ao que se

formula e executa em termos de política migratória.

A situação é ainda mais complexa pelo fato de o Governo do Estado do Rio de Janeiro não ter muito bem estruturada - ao contrário do que ocorre em São Paulo - sua atividade de promoção social, em particular na área que aqui interessa discutir. Com efeito, independentemente de suas virtudes, a Fundação Leão XIII não está capacitada - nem a isto foi destinada - a assumir as funções políticas e administrativas que caberiam a uma verdadeira Secretaria Estadual. Não obstante, esta Fundação é o único órgão que atua em âmbito estadual, na área, já que a Coordenação de Bem-Estar Social da Secretaria de Governo encontra-se bastante esvaziada.

Talvez isto explique que não tenha cabido à Fundação Leão XIII, e à sua Coordenadoria Especializada de Migrantes e Mendigos, o papel central no Programa Estadual de Migrações Internas. Embora escape aos objetivos deste relatório especular quanto às razões que levaram à atual distribuição de competências na área migratória, não há como deixar de referir que ela certamente não facilita a articulação inter-institucional e o desdobramento daquela parte do Programa referente ao atendimento a migrantes.

Dentro de um quadro como este, em princípio pouco favoreável, parece ser possível, entretanto, fazer algo que contribua para superar o processo de marginalização em que se encontra a Prefeitura e sua Secretaria de Desenvolvimento Social. Esta possibilidade se configura, em primeiro lugar, pelo grande interesse da FAPERJ - que coordena o Programa Estadual de Mi-

grações Internas - em envolver o maior número possível de órgãos à sua execução.

Esta disposição da parte da FAPERJ possivelmente encontrase um pouco abalada - e é compreensível - pela frustração da experiência de colaboração com a SMD no referente à implantação dos postos de coleta SIMI, mas as possibilidades de cooperação estão longe de encontrarem-se esgotadas, dependendo, para sua concretização, mais do que nada, de que certas iniciativas sejam tomadas pela Secretaria.

Estas iniciativas seriam tanto mais cabíveis quanto existe na própria FAPERJ uma consciência de suas limitações para levar adiante o Programa Estadual no que diz respeito ao sub-programa SAMI - Serviço de Atendimento ao Migrante. Participar da discussão e integrar-se à execução do SAMI é algo que está, desde já, perfeitamente ao alcance da SMD, que poderia, inclusive, levar como contribuição, elementos para uma reflexão a respeito da filosofia do SAMI, a fim de que não se reproduzam situações como as descritas neste relatório.

A partir destas discussões e de uma efetiva incorporação da SMD, poder-se-á chegar a diferentes formas de cooperação e divisão de áreas de ação. É importante ressaltar, mais uma vez, que o erro verificado em São Paulo não está em se haver chegado a uma definição das esferas de competência do Estado e do Município, mas no fato de tal divisão fundar-se em critérios estritamente burocráticos e administrativos. Afirmar que a Prefeitura atende apenas a municípios - fixados na capital há mais de 6 meses - pode parecer uma solução cômoda, mas

não contribui para a integração dos migrantes. Não existe o migrante municipal nem o migrante estadual, como tampouco há mendigos municipais - com mais de 6 meses - ou mendigos estaduais. O que há, isto sim, é um problema de acolha de migrantes na grande cidade, para o enfrentamento do qual, e com base em políticas claras, podem haver as mais variadas formas de cooperação.

Esta é a conclusão fundamental a este nível: toda e qualquer divisão de competências deve resultar de uma discussão séria da política de acolha a ser implantada. No caso que interessasse, poderia a SMD tomar iniciativas com vistas à sua participação no processo ora coordenado estadualmente pela FAPERJ. Evidentemente, para levar a bom termo tal aproximação será necessário algo mais que um ou vários contactos em alto nível: faz-se imperativo que a SMD defina responsáveis para funcionarem de forma permanente em articulação com a FAPERJ e outros órgãos atuantes na área migratória.

### 8.3 - Princípios Básicos

Uma vez estabelecido que, no contexto dado, eventuais iniciativas da SMD devem estar sustentadas numa clara definição política, caberia tentar delinear seus princípios. O primeiro destes princípios deveria consubstanciar-se no reconhecimento de que a acolha de migrantes deve constituir um espaço particular de intervenção, diferenciado da intervenção assistencial em geral. Evidentemente, este espaço integra-se no conjunto mais abrangente da problemática social da cidade, condicionando-a e sendo condicionado por ela, mas nem por isto per-

de sua especificidade.

Ao afirmar como premissa necessária a tomada de tal decisão política, não se pretende avançar na discussão de qual o nível de prioridade que deveria ser atribuído a tal espaço de intervenção. Trata-se, isto sim, de extrair as consequências do diagnóstico apresentado, que indica ser a experiência vigente nas estruturas governamentais profundamente nefasta ao processo de integração do migrante.

No relatório de uma pesquisa realizada junto à Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, o hoje extinto Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFAU - apontava na mesma direção: "A Secretaria não dispõe de um serviço especializado de atendimento a migrantes (...) Embora não tenham serviços especializados para migrantes, reconhecem os técnicos da Divisão de Assistência e Orientação Social que o migrante necessita de um atendimento específico, uma vez que tem condicionamentos culturais próprios que dificultam sua inserção no meio urbano".<sup>(1)</sup>

É possível que a criação de uma Coordenadoria Especializada de Migrantes e Mendigos na Fundação Leão XIII e a mudança de nome do Albergue João XXIII para Centro de Triagem de Migrantes João XXIII tenham resultado do início de uma tomada de consciência do problema. As práticas desenvolvidas pela Fundação e pelo Centro João XXIII, no entanto, não confirmam uma o-

(1) SERFAU; Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos Sobre as Migrações Internas. Relatório nº 5.2. Uma Alternativa de Ação Governamental Sobre os Movimentos Internos - Um programa de atendimento imediato e progressivo aos migrantes; Rio de Janeiro, SERFAU, 1974.

orientação neste sentido. O próprio fato de a Fundação ter explicitamente centrado sua atividade no atendimento emergencial comprova a ausência de uma efetiva linha de ação voltada para a integração do migrante.

Pode parecer contraditório que se pretenda centrar a política de acolha no esforço para a integração e, ao mesmo tempo, se proponha um atendimento específico, diferenciado, discriminado. Não se verá, seguramente, contradição alguma se se tiver em mente que a indiferenciação ora vigente não tem significado a inserção do migrante no universo urbano, mas sua incorporação àquela parte da população que se encontra marginalizada - ou quase. Tratar o migrante de forma separada da clientela tradicional dos serviços assistenciais oficiais significa centrar a atenção no potencial de integração do migrante.

Neste sentido, poder-se-ia dizer que o segundo princípio básico deve ser o de voltar os serviços de atendimento a migrantes não para as instituições assistenciais, mas, essencialmente, para estruturas integradas na comunidade e/ou diretamente voltadas e comprometidas com esta integração. Comunidades e associações de bairros, sindicatos, paróquias, pequenas obras sociais com implantação localizada, estes devem ser os instrumentos fundamentais de uma verdadeira política integradora. Compreende-se, pois, que o esforço de articulação com os órgãos estaduais envolvidos com a questão migratória só será consequente se for acompanhado de um trabalho simultâneo na direção do que se costuma chamar, no jargão do serviço social, recursos comunitários.

#### 8.4 - Estruturas e Práticas de Acolha

Que tipo de estrutura deveria ser implementada? Como de veria funcionar? Antes de tentar sugerir alguns elementos ne-cessários à resposta destas perguntas, impõe-se a retomada, mesmo se rápida, da discussão sobre a natureza das estruturas de acolha de migrantes.

Na Introdução foi feita referência à tipologia com que se trabalhou inicialmente para abordar as estruturas de acolha: governamentais, paragovernamentais, associativas, empresariais. Também na Introdução se advertia que apesar de dar conta de um dos aspectos fundamentais destas estruturas - o institucional -, tal tipologia deixava escapar tanto a natureza dos serviços oferecidos quanto as práticas não explicitadas que nelas se desenvolvem.

Agora, numa tentativa de sistematização, sugerir-se-ia pensar a acolha em dois níveis: recepção, de um lado, e inserção/instalação, de outro. É como se se propusesse, a fim de melhor refletir sobre o problema, o reconhecimento de dois grupos de exigências e, por conseguinte, dois tipos de serviço:

- 1º) recepção - serviços ou estruturas de primeira linha - desembarque, informações primárias, albergamento;
- 2º) inserção/instalação - serviços ou estruturas de segunda linha - documentação, colocação, formação.

Pôde-se constatar que nas duas cidades estudadas existem não apenas grandes lacunas como também graves distorções

na orientação das estruturas de primeira linha. A começar pelo desembarque, várias medidas de implantação relativamente fácil poderiam ser estudadas. Seu objetivo central deveria ser o de evitar, ou diminuir sensivelmente, a incidência dos desembarques fracassados. Para tanto, não é de policiamento mais ostensivo e intensivo que se precisa, mas sim de um serviço de recepção ativo, que se ofereça ao migrante de maneira pouco burocratizada, levando em conta as dificuldade por ele enfrentadas para tomar a iniciativa de recorrer a serviços formalizados e desconhecidos.

Interessante ilustração deste tipo de serviço é a proposta constante do Plano de Trabalho da SEADE: implantação de um posto de coleta SIMI itinerante, que preencheria os formulários nos trens que circulam no interior do Estado, durante a viagem. Não há, pois, porque excluir a priori a possibilidade de chegar ao migrante antes mesmo do desembarque, informando-o dos serviços a que poderia recorrer quando da chegada: prospecções ou mesmo rápidas explanações feitas pelos motoristas dos ônibus na última parada antes da cidade, de custo quase nulo, podem ser estudados. Um serviço deste tipo, realizado por técnicos especialmente treinados funciona, no interior dos vagões, para a recepção de portugueses que se dirigem a Paris.

Os postos de orientação dos terminais também precisam ser repensados - no caso de São Paulo - ou instalados - no caso do Rio de Janeiro. Deixar esta atividade a cargo de policiais-militares ou femininas - que intervêm quando o indivíduo ou já foi roubado, ou já passou uma noite inteira perdido, constitui, evidentemente, um erro grave.

Tentando abstrair o aspecto dramático da experiência vivida pelos migrantes que, por um desembarque fracassado, acabam sendo encaminhados para delegacias policiais ou para centros de triagem, onde iniciam sua caminhada em direção à segregação, pode-se supor com boa dose de certeza que os custos financeiros de um serviço de recepção atípico seriam bastante inferiores aos dos serviços construídos para tentar sanar as consequências de sua inexistência.

Ainda ao nível das estruturas de primeira linha, algumas observações são necessárias a respeito dos centros de triagem e da rede que eles encabeçam. Afirmando um dos princípios básicos anteriormente propostos, parece fundamental assumir que migrantes não devem ser albergados em instituições cuja clientela é predominantemente de carentes, ou seja, de indivíduos em processo avançado ou já concluído de marginalização. Estes grandes albergues parecem estruturas muito mais capacitadas para exercer um controle sobre os indivíduos que para apoiá-los efetivamente em seu processo de inserção social. Suas fichas, suas disciplinas, sua própria arquitetura acabam por transformar o migrante em objeto de controle, passivo, dependente, quando não claramente atemorizado.

Estruturas leves, ágeis e, sobretudo, abertas, esta deve ser a linha mestra. É necessário que as coisas funcionem de tal maneira que a expressão "fulano fugiu" desapareça das instituições de acolha, que, afinal de contas, não são prisões.

As alternativas a serem estudadas poderiam ser:

1º) pequenos albergues especificamente para migrantes re-

cém-chegados (como o da AVIM);

2º) albergamento em uma infinidade de obras sociais que poderiam ser conveniadas para oferecerem um número reduzido de vagas;

3º) repetição da experiência desenvolvida pelo Serviço de Imigração e Colonização de São Paulo, entre 1943 e 1952, quando as instalações da Hospedaria dos Imigrantes foram ocupadas pela Escola Técnica da Aeronaútida: os migrantes eram alojados em pensões, sendo os custos assumidos, integral ou parcialmente, pelo órgão.

O estudo e aceitação destas sugestões não deve significar, necessariamente, a desativação, pela Fundação Leão XIII, do Centro João XXIII ou qualquer outra de suas unidades. Com efeito, estas estruturas não são predominantemente voltadas para os migrantes, e já foi sublinhado que o diagnóstico se restringiu à acolha desta população específica. Em outros níveis estas instituições estão também a merecer um estudo mais aprofundado de seu desempenho, mas isto escapa aos objetivos deste relatório. O que aqui se sugere é que a acolha, ou melhor, o albergamento de migrantes nestes centros seja progressivamente desativado, dando lugar a uma das alternativas aqui alinhadas - ou a outras que, com o mesmo espírito, venham a surgir quando de eventuais discussões mais profundas sobre o problema.

x - x - x

As estruturas de primeira linha até aqui analisadas não terão condições de surtir os efeitos salutares que delas se es-

peram sobre a acolha de migrantes se não estiverem estreitamente associadas a estruturas de segunda linha. Os resultados do presente projeto são bem mais precários neste campo, sendo indispensáveis estudos voltados precisamente para conhecer melhor sua realidade.

O problema central é, indubitavelmente, o da colocação no mercado de trabalho. A conjuntura por que passa este mercado certamente está longe de ser favorável; não há política de acolha, por mais adequada que seja, capaz de reverter tal situação. Isto não impede que se avalie acuradamente o desempenho dos diferentes serviços de colocação existentes na cidade. Em particular, o Programa de Integração Profissional Comunidade-Empresa - PIPCE -, da própria SMD, está a exigir um exame detalhado de suas deficiências e virtualidades.

Por outro lado, o profundo desconhecimento a respeito do funcionamento do mercado de trabalho pouco qualificado, ao qual se dirige a grande maioria dos migrantes, limita grandemente, por ora, um equacionamento do problema. Um estudo das formas de ingresso neste mercado, inclusive das práticas de recrutamento e seleção vigentes nas empresas, seria necessário para imprimir maior eficácia aos serviços preocupados particularmente com a colocação de migrantes.

É possível, porém, desde já, indicar que todo serviço desta natureza deve estar estreitamente associado a estruturas voltadas à formação e reciclagem profissional. A experiência da AVIM, mais uma vez, parece particularmente interessante: um serviço de colocação leve, articulado com associações e comuni-

dades da própria cidade e com cursos oferecidos nos bairros e paróquias. Também mereceria ser mencionada a Obra social Padre Gailhac, caso único e mesmo simbólico no Rio de Janeiro, a mostrar as imensas possibilidades que tem este tipo de estrutura integrada à vida da cidade de satisfazer a necessidades de parcelas importantes da população migrante.

No que respeita à documentação, condição da formalização do migrante enquanto trabalhador apto a ingressar no chamado *mercado formal*, os serviços oferecidos parecem apresentar relativa eficácia. É bem verdade que eles exigem, em alguns casos, enorme perda de tempo e deslocamentos às vezes difíceis para quem desconhece os segredos do espaço metropolitano, mas este é problema difficilmente sanável.

O problema mais importante nesta área, e que seguramente escapa à esfera de ação do município, é que algumas exigências parecem excessivas, sendo o exemplo máximo deste exagero a obrigatoriedade do certificado de sanidade. A respeito deste papel sem nenhum significado do ponto de vista de saúde pública, mas transformado em verdadeiro passaporte para que se transponham as fronteiras do mercado de trabalho, inclusive para aqueles que já o haviam obtido em seu local de origem, colheram-se, no entanto, informações de que existe entre técnicos da Secretaria de Saúde uma salutar disposição no sentido de eliminá-lo.

A nível das estruturas e serviços de segunda linha poder-se-ia fixar o seguinte objetivo: colocar o migrante recém-chegado, pelo menos, em condições iguais de concorrência com

os nativos que estão a ingressar no mercado. Se esta orientação não possui a virtude de fazer surgirem empregos, ela pode, num certo sentido, contribuir para impedir que a migração seja um recurso a mais na mão do capital para rebaixar os salários e aviltar ainda mais as condições de vida de certas camadas da população trabalhadora. Isto explica que a articulação aqui propugnada com associações comunitárias não deveria excluir entidades profissionais. Da mesma forma, os cursos de formação profissional deveriam considerar a necessidade de capacitar também os migrantes a defenderem, individual e coletivamente, os direitos que lhes são legalmente reconhecidos enquanto trabalhadores assalariados.

Finalmente, e na mesma linha de equalização das condições de concorrência no mercado de trabalho, a SMD poderia estudar a viabilidade de iniciativas visando coibir a prática, levada a efeito por um certo número de empresas de aliciar, no interior do Estado ou fora dele, trabalhadores que, sem qualquer informação, aceitam trabalhar em condições inferiores à média vigente, ou que simplesmente são iludidos com promessas que não se realizam. Estes trabalhadores migrantes, quase inexoravelmente, transformam-se, eles também, em clientes das estruturas assistenciais oficiais. Migrantes aliciados e enganados constituem o quotidiano das estruturas de acolha, inexistindo, até agora, qualquer orientação no sentido de fiscalizar as empresas e indivíduos que praticam este tipo de recrutamento.

#### 8.5 - Síntese

Resumem-se a seguir as conclusões básicas extraídas do levantamento executado, à guisa de sugestões a serem estudadas.

1º) Necessidade de, ao nível de uma política de promoção social, refletir-se de forma particular e específica sobre a problemática da acolha de migrante, embora seja precipitado formular um programa específico da SMD.

2º) Necessidade de articulação com os órgãos já envolvidos com a formulação e execução de políticas de acolha: Ministério do Interior, Fundação Leão XIII e, sobretudo, FAPERJ.

3º) Necessidade de intervir no primeiro momento da acolha através de:

- política clara em relação à Rodoviária Novo Rio e criação de um serviço ativo de recepção;
- política voltada para evitar o encaminhamento de migrantes aos centros de albergamento ora existentes, que atendem a populações carentes;
- estudo de uma política que permita oferecer formas alternativas de alojamento.

4º) Necessidade de estabelecer contacto com os recursos comunitários, a fim de avaliar seu potencial com vistas a alojamento e serviços de segunda linha.

5º) Necessidade de estudar o desempenho dos serviços de colocação existentes, em particular o PIPCE, bem como desenvolver pesquisas relativas às modalidades de recrutamento e seleção nos setores que ocupam força de trabalho pouco qualificada.

69) Necessidade de uma política voltada para colocar o migrante em iguais condições de concorrência no mercado de trabalho; para tanto:

- intermediar seus contactos com associações profissionais e capacitá-lo no que concerne a seus direitos individuais e coletivos enquanto cidadão e trabalhador;
- desenvolver, diretamente ou em colaboração com órgãos federais e estaduais, ação de vigilância junto a empresas que recorrem a aliciamento de mão-de-obra migrante.

A N E X O S

1. Questionário aplicado junto a dirigentes, técnicos e funcionários das estruturas de acolha.
2. Nome e endereço das obras sociais contactadas.
3. Boletim da Coleta de Dados - Sistema de Informações sobre Migração Interna.
4. Fichas e formulários preenchidos pela Fundação Leão XIII.
5. Fichas e formulários preenchidas pela Coordenação de Apoio Social - Secretaria de Estado da Promoção Social.
6. Ficha do Banco da Providência.
7. Ficha da Legião Brasileira de Assistência.
8. Poemas de Cordel sobre o conflito em torno a Feira de São Cristóvão.
9. Siglas utilizadas.

## 1. QUESTIONÁRIO

### PROJETO "POLÍTICAS E ESTRUTURAS DE ACOLHA DE MIGRANTES NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO - ANÁLISE COMPARATIVA"

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social  
do Rio de Janeiro - Fundação Municipal de Planejamento (RICPLIN) - Fundação Universitária José Bonifácio - Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PUR/UFRJ).

Este questionário visa recolher informações sobre o funcionamento e as experiências de instituições - governamentais e não-governamentais - que, de maneira direta ou indireta, atuam no atendimento à populações migrantes.

Agradecemos sua colaboração ao respondê-lo. Pedimos que responda livremente sem constrangimentos, e asseguramos o caráter anônimo dos formulários, cuja utilização não permitirá sua identificação individual.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Bernardo Weiner  
Coordenador do Projeto

1 - Como definiria a clientela que você atende?

- |                          |                               |
|--------------------------|-------------------------------|
| 1.1 ( ) indigentes       | 1.4 ( ) migrantes             |
| 1.2 ( ) mendigos         | 1.5 ( ) desempregados         |
| 1.3 ( ) carentes, pobres | 1.6 ( ) doentes               |
|                          | 1.7 ( ) vagabundos, marginais |

1.8 Outros:

Obs:

SE A CATEGORIA "MIGRANTE" NÃO FOI CITADA, FAZER A PERGUNTA 1a.

1a. Há migrantes entre as pessoas que você atende?

- |                   |              |                  |
|-------------------|--------------|------------------|
| 1a.1 ( ) Sim      | 1a.2 ( ) Não | 1a.3 ( ) Não sei |
|                   |              |                  |
| 1a.1.1 ( ) Muitos |              |                  |
| 1a.1.2 ( ) Poucos |              |                  |

Obs:

2 - Como você definiria o migrante?

- |                                          |                                   |
|------------------------------------------|-----------------------------------|
| 2.1 ( ) Lugar de origem                  | 2.5 ( ) Emprego (desemprego)      |
| 2.2 ( ) Tempo                            | 2.6 ( ) Moradia (falta, carência) |
| 2.3 ( ) Nível de renda, educação         | 2.7 ( ) Classe, profissão         |
| 2.4 ( ) Nível de inserção sócio cultural | 2.8 ( ) Não sabe definir          |

2.9 Outros:

Obs:

3 - Há muitas opiniões sobre a melhor maneira de definir o migrante. Na sua opinião migrante é aquele que vem:

- |                            |                                 |
|----------------------------|---------------------------------|
| 3.1 ( ) De outro município | 3.4 ( ) Da zona rural           |
| 3.2 ( ) De outro estado    | 3.5 ( ) De outra cidade         |
| 3.3 ( ) De outro país      | 3.6 ( ) De um bairro para outro |

Obs:

4 - Há também muitas opiniões sobre a questão do tempo. Para você migrante é aquela que chegou há quanto tempo?

4.1 ( ) Há menos de 3 meses

4.4 ( ) Há menos de 2 anos

\* 4.2 ( ) Há menos de 6 meses

4.5 ( ) Há menos de 5 anos

4.3 ( ) Há menos de 1 ano

4.6 ( ) Há menos de 10 anos

4.7 Outros:

Obs:

5 - Como é que a clientela (as pessoas) chega aqui?

5.1 ( ) Encaminhada por outras instituições

5.2 ( ) Encaminhada por outros clientes

5.3 ( ) Divulgação da instituição, meios de comunicação

5.4 Outros:

Obs:

6 - (NO CASO DE ENCAMINHAMENTO POR OUTRAS INSTITUIÇÕES) Poderia indicar as instituições que encaminham pessoas para cá?

7 - Em média, quantos migrantes chegam aqui pedindo ajuda?

8 - Quando os migrantes chegam, vocês preenchem alguma ficha (questionário ou formulário) com informações sobre eles?

8.1 ( ) Sim      8.2 ( ) Não      8.3 ( ) Às vezes

SE "ÀS VEZES, PERGUNTAR 8a

8a. Em que casos?

9 - Qual a atitude dos migrantes ao lhe serem pedidas informações para o preenchimento destas fichas (questionários ou formulários)?

9.1 ( ) Ficam indiferentes, aceitam naturalmente

9.2 ( ) Ficam reticentes, constrangidos, relutantes, não gostam

9.3 ( ) Recusam-se

9.4 ( ) Gostam

9.5 Outras:

SE 9.2, 9.3 ou 9.4, PERGUNTAR 9a

9a. Na sua opinião, por que reagem desta maneira?

10 - Você acha que estas fichas (questionários ou formulários) são úteis?

10.1 ( ) Sim 10.3 ( ) Não

10.2 ( ) Mais ou menos 10.4 ( ) Não sei

11 - Por que?

12 - (CASO O ENTREVISTADO TRABALHE COM O BOLETIM SIMI) Você concorda com definição de migrante do SMI? (Migrante é aquele que chegou de fora há menos de 1 ano).

12.1 ( ) Sim 12a.1 ( ) Conhece a definição

12.2 ( ) Mais ou menos 12a.2 ( ) Não conhece a definição

12.3 ( ) Não

12.4 ( ) Não sei

13 - Por que?

14 - Que tipo de ajuda os migrantes solicitam?

- |                       |                                                          |
|-----------------------|----------------------------------------------------------|
| 14.1 ( ) alojamento   | 14.7 ( ) vestuário                                       |
| 14.2 ( ) alimentação  | 14.8 ( ) educação, form. profissional                    |
| 14.3 ( ) passagens    | 14.9 ( ) localização parentes, amigos                    |
| 14.4 ( ) documentação | 14.10 ( ) atendimento psiquiátrico                       |
| 14.5 ( ) emprego      | 14.11 ( ) assistência médica, odontológica, ambulatorial |
| 14.6 ( ) dinheiro     |                                                          |
| 14.12 Outras:         |                                                          |

Obs:

CASO "PASSAGENS" SEJA CITADO, FAZER A PERGUNTA 14a.

14a. Para onde são pedidas as passagens?

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| 14a.1 ( ) Para o local de origem      |  |
| 14a.2 ( ) Para outro local            |  |
| 14a.2.1 ( ) na zona rural             |  |
| 14a.2.2 ( ) em outras metrópoles      |  |
| 14a.2.3 ( ) em outras cidades menores |  |

Obs:

15 - De modo geral, que tipo de ajuda esta instituição (c seu trabalho) permite atender?

- |                       |                                                          |
|-----------------------|----------------------------------------------------------|
| 15.1 ( ) alojamento   | 15.7 ( ) vestuário                                       |
| 15.2 ( ) alimentação  | 15.8 ( ) educação, form. profissional                    |
| 15.3 ( ) passagens    | 15.9 ( ) localização parentes, amigos                    |
| 15.4 ( ) documentação | 15.10 ( ) atendimento psiquiátrico                       |
| 15.5 ( ) emprego      | 15.11 ( ) assistência médica, odontológica, ambulatorial |
| 15.6 ( ) dinheiro     |                                                          |
| 15.12 Outros:         |                                                          |

Obs:

CASO "PASSAGENS" SEJA CITADO, FAZER A PERGUNTA 15a.

15a. Para onde vocês dão passagens?

15a.1 ( ) Para o local de origem

15a.2 ( ) Para outro local

15a.2.1 ( ) na zona rural

15a.2.2 ( ) em outras metrópoles

15a.2.3 ( ) em outras cidades menores

Obs:

16 - Na sua opinião, que tipo de ajuda mais contribuiria para resolver o problema do migrante?

16.1 ( ) alojamento

16.7 ( ) vestuário

16.2 ( ) alimentação

16.8 ( ) educação, form. profissional

16.3 ( ) passagens

16.9 ( ) localização parentes, amigos

16.4 ( ) documentação

16.10 ( ) atendimento psiquiátrico

16.5 ( ) emprego

16.11 ( ) assistência médica, odontológica, ambulatorial

16.6 ( ) dinheiro

16.12 Outros:

--.

17 - (CASO O ENTREVISTADO TRABALHE COM O PROGRAMA SAMI) Você concorda com a definição de migrante do SAMI? (Migrante é aquele que chegou de fora há menos de 2 anos).

17.1 ( ) Sim

17a.1 ( ) Conhece a definição

17.2 ( ) Mais ou menos

17a.2 ( ) Não conhece a definição

17.3 ( ) Não

17.4 ( ) Não sei

-- Por que?

19 - Você encaminha migrantes para outras instituições?

19.1 ( ) Sim

19.2 ( ) Não

Obs:

20 - Quando é que (em que circunstâncias) vocês encaminham para outras instituições?

20.1 ( ) Sempre

20.2 ( ) Sempre que possível

20.3 ( ) Quando não temos condições de atender a demanda

20.4 Outros:

Obs:

21 - Para que instituições vocês encaminham?

22 - Você conhece, além das que já citou, outras instituições, governamentais, religiosas ou privadas, que acolhem migrantes? Quais?

23 - Por que não encaminha gente para lá?

24 - Você acha que instituições como a sua permitem resolver o problema dos migrantes? (Como você avalia a contribuição dada por elas?)

24.1 ( ) Sim. Não resolvem mas ajudam muito (Grande)

24.2 ( ) Mais ou menos. Nem resolvem mas ajudam um pouco (Pequena)

24.3 ( ) Não. Não servem praticamente de nada (Nula).

24.4 ( ) Não sei.

Obs:

NO CASO DE UMA RESPOSTA MAIS OU MENOS OU NÃO, FAZER A PREGUNTA 24a.

24a. Por que?

24a.1 ( ) Falta de recursos

24a.1.1 ( ) materiais, financeiros

24a.1.2 ( ) humanos

24a.2 ( ) Sóc assistencialistas, paternalistas, etc.

24a.3 ( ) Razões de ordem estrutural

24a.4 ( ) Não sei

24a.5 Outras:

Obs:

25 - Há muitas divergências a respeito das migrações. Na sua opinião a migração é uma coisa positiva ou negativa? Por que?

25.1.1 ( ) Para o migrante

25.1.2 ( ) para a família do migrante

25.1 ( ) Positiva

25.1.3 ( ) para a cidade

25.1.4 ( ) para o desenv? econômico-social

25.1.5 ( ) para a região de origem

25.2.1 ( ) para o migrante

25.2.2 ( ) para a família do migrante

25.2 ( ) Negativa

25.2.3 ( ) para a cidade

25.2.4 ( ) para o desenv? econômico-social

25.2.5 ( ) para a região de origem

25.3 ( ) Sem opinião

Obs:

26 - Há uma grande discussão sobre o que fazer com os migrantes. Na sua opinião, o que seria melhor?

26.1 ( ) ajudar o migrante a se integrar na cidade

26.2 ( ) ajudar o migrante a retornar ao local de origem

26.3 ( ) ajudar o migrante a seguir viagem para outro local

26.3.1 ( ) para outras cidades menores do Estado

26.3.2 ( ) para a zona rural do Estado

26.3.3 ( ) para outros Estados

26.4 ( ) Não sei

Obs:

27 - Você acha que isto vem sendo feito?

- |                        |                  |
|------------------------|------------------|
| 27.1 ( ) Sim           | 27.3 ( ) Não     |
| 27.2 ( ) Mais ou menos | 27.4 ( ) Não sei |

Obs:

28 - Você tem conhecimento do que vem sendo feito pelos (por outros) órgãos governamentais em relação às migrações e aos migrantes?

- |              |              |
|--------------|--------------|
| 28.1 ( ) Sim | 28.2 ( ) Não |
|--------------|--------------|

NO CASO DE RESPOSTA NEGATIVA, PASSAR À PERGUNTA 31

29 - De seu conhecimento, que órgãos governamentais atuam na área de migrações e atendimento a migrantes?

( ) MINTER

29.1 Governo Federal

Outros: .....

29.2 Governo Estadual

.....

29.3 Prefeitura

.....

30 - Poderia citar as ações ou políticas concretas de que tem conhecimento?

30.1.1 ( ) Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas

30.1.2 ( ) SIMI

30.1.3 ( ) SAMI

30.1.4 ( ) Pesquisas

30.1.5 Outros: .....

30.2.1 ( ) Plano Estadual de Migração Internas

30.2 ( ) Governo Estadual

..... Outros: .....

30.3 ( ) Prefeitura

.....  
.....  
.....

31 - O que, a seu ver, deveria fazer o governo para resolver o problema?

32 - Além disso, que outro tipo de coisa poderia ser feito, na sua opinião, para contribuir na solução do problema?

33 - Qual a sua formação profissional?

34 - Há quanto tempo trabalha nesta instituição?

35 - Há quanto tempo você tem contato com migrantes no seu trabalho?

35 - Qual o seu vínculo de trabalho?

36.1 ( ) funcionário público

36.3 ( ) voluntário

36.2 ( ) assalariado

36.4 ( ) prestação serviços

36.5 Outros:

2. OBRAS SOCIAIS

Ação Social N.S. de Copacabana  
Av. N.S. de Copacabana, 861/606

Associação Cristã Feminina do Rio de Janeiro  
Av. Franklin Roosevelt, 84 / 109

Associação das Empregadas Domésticas  
Rua dos Araújos, 56 - Tijuca

Associação das Senhoras Brasileiras  
Rua da Quitanda, 58 - Centro

Associação de Assistência ao Adolescente  
Rua Othon Bezerra de Mello, 187 - Horto

Associação de Beneficência Evangélica Nova Jerusalém  
Rua Ricardo Machado, 528 / F.

Associação de Caridade Santa Rita de Cássia  
R. Anita Garibaldi, 6 / 1002 - Copacabana

Associação de Educação Familiar e Social  
R. Humaitá, 170 - Humaitá

Associação de Proteção aos Nordestinos  
R. Aldemário Costa, 100

Associação N. S. de Nazareth  
Av. N.S. Copacabana, 583 / 1210

Associação Pró-Matre

Av. Venezuela, 153 - 159 - Saúde

Banco da Providência

Rua dos Arcos, 54 - Centro

Casa da Amizade das Senhoras Rotarianas

Av. Nilo Peçanha, 26 / 1.206 - Centro

Casa da Empregada

R. General Polidoro, 148 - Botafogo

Casa do Irmão Francisco - Sociedade Espírita

R. São Cristóvão, 548 / sobrado

Casa do Pequeno Jornaleiro

Rua do Livramento, 27 - Saúde

Centro Humanista Bom Jesus

R. São Luiz Gonzaga, 295 / sobrado - São Cristóvão

Clube da Segunda Juventude

Av. N.S. de Copacabana, 583 / 304

Cruzada Social São Pedro do Caju

R. Carlos Seidl, 659 - Caju

Dispensário Antonio de Pádua

R. General Argolo, 67 - São Cristóvão

R. Henrique Valadares, 158

Obra Portuguesa de Assistência

R. Sampaio Lacerda, 70 - Laranjeiras

Obra International Católica de Amparo à Juventude

AV. N.S. Copacabana, 690 / 109 andar

Liga Feminina Israelita do Brasil

AV. Rio Branco, 43 / 19º - Centro

Legação da Boa Vontade

R. Visconde de Pirajá, 23 / 1º andar - Ipanema

dade

Lar de Teresa - Instituto Espírita Cristo às Estudantes e Cate-

R. Rivadavia Correia, 188 - Gamboa

Instituto Metodista de Ação Social

Campo de São Cristóvão, 338 - São Cristóvão

Instituto Filantrópico Evangelico da Igreja Assembleia de Deus

Estrada Realengo, 735 - Realengo

Gremio Espírita Guias Celestes

R. da Emanciplação, 33 - São Cristóvão

Fraternidade Eclettica Espiritualista Universal

R. Teixeira Júnior, 158 - São Cristóvão

Educativo Gonçalves Azizijo

#### 4. FUNDAÇÃO LEÃO XIII

4. FUNDAÇÃO LEÃO XIII

1														30	
2														29	
3														28	
4	Leito n.º ..... Ident. n.º .....													27	
5	Em ..... de ..... de 19.....													26	
6	Nome .....													25	
7														24	
8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23

Exame médico: em ..... de ..... de 19.....

Dr. ....

Compareça à presença do Dr. Chefe em .....

N.B — Seja disciplinado e se esforce para conseguir um trabalho  
e só assim corresponderá ao auxílio que dá o albergue.  
Quem não quer trabalhar não merece proteção.

Imprensa Oficial - RJ-81

Nome .....

Admitido em .....

Idade..... Cor.....

Nacionalidade .....

Matrícula N.º .....

RETRATO

DEFINIÇÃO } { Não direita .....

.....

Não esquerda .....

FUNDACAO LEAO XIII  
DEPARTAMENTO DE SERVICOS ASSISTENCIAIS  
DIVISAO DE ASSISTENCIA AO MIGRANTE

Nome: .....	Idont. N.º .....
Est. Civil: .....	Idade: .....
Naci: .....	Nat: .....
Pai: .....	Mae: .....
Inst: .....	Prof: .....
	C.P.: .....
	C.R.: .....
	Apresentação: .....
EXAME MEDICO PRELIMINAR	
Temperatura: .....	Vacinado: .....
Inspeção Geral: .....	.....
Moléstia Infecto contagiosa: .....	.....
Moléstia venérea: .....	.....
Resultado: .....	.....
Observações: .....	.....
Data: .....	D.F. .....

**FUNDACAO LEAO XIII  
DEPARTAMENTO DE SERVICOS ASSISTENCIAIS  
DIVISAO DE ASSISTENCIA AO MIGRANTE**

## 5. COORDENADORIA DE APOIO SOCIAL

## OBSERVAÇÕES



**Secretaria de Estado da Promoção Social  
COORDENAÇÃO DE APOIO SOCIAL  
Departamento de Assistência Médico-Social  
Divisão de Assist. e Recuperação - DARM  
Rua da Alegria, 233 - São Paulo**

**NAME** \_\_\_\_\_

Datas do Nasc. Idade Cor

Loca

Nº da Prontário	As. Social
Data da Admissão	Readmissão
Nº Cama	Ale

Impresso no P.A.I.M.

DATA	PROSSEGUIMENTO



**SECRETARIA DE ESTADO DA PROMOÇÃO SOCIAL  
COORDENADORIA DE APOIO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL  
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO — DAR-I**

Pto. \_\_\_\_\_ Adm. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Matr. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Nasc. \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Cor: \_\_\_\_\_ Est. Civil: \_\_\_\_\_ Ass. Social: \_\_\_\_\_  
Natural: \_\_\_\_\_ Procedência: \_\_\_\_\_  
Filiação: \_\_\_\_\_  
Encaminhado por: \_\_\_\_\_  
OBS.: \_\_\_\_\_

Assimilation

3 2002 V-51

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A



**SECRETARIA DE ESTADO DA PROMOÇÃO SOCIAL  
COORDENADORIA DE APOIO SOCIAL  
CENTRAL DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO  
SEÇÃO TÉCNICA DE RECEPÇÃO E ENCAMINHAMENTO**

265

三

87

**DATA**

HORA -

## - IDENTIFICAÇÃO:

**NOME:-**

三

Educação:

173

SEXO:

608

EST. CIVIL :-

## **ESCOLARIDADE:**

## NATURALIDADE

DATA NASC.:

## PROCEDENCIA:

POR QUE?

CIVIL WAR CAMP

TANAKA DE

MOTIVO: Partida

PROFISSÃO

## MOTIVO DA APRESENTAÇÃO

#### QUADRO FAMILIAR-DEPENDENTES

## II: - ATENDIMENTO MÉDICO

DATA:

hora:

DIAGNÓSTICO:

ENCAMINHAR PARA:

MÉDICO - CRM.

**SECRETARIA DA PROMOÇÃO SOCIAL**

MATERIALS AND METHODS

CENTRAL DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO

PIRELLICA

2025 RELEASE UNDER E.O. 14176 - 2025 RELEASE UNDER E.O. 14176

## **FICHA DE MATRÍCULA, OU FICHA-PII OTG**

卷之三

12

EL AGÓN

卷之二

10-12

SEXO

603

ESTADO CIVIL

## **DOCUMENTO**

DEPENDÊNCIA

卷之三

卷之三

DIA \_\_\_\_\_ MES \_\_\_\_\_ AÑO \_\_\_\_\_  
MOTIVO \_\_\_\_\_ TIPO DE ACTIVIDAD \_\_\_\_\_  
NOVEDADES EN DERECHOS CO-REPRESENTANTES

00000000

卷之三

6. BANCO DA PROVIDÊNCIA

BANCO DA PROVIDÊNCIA - SERVIÇO SOCIAL DE EMERGÊNCIA

PROBLEMATICA

DIAGNÓSTICO CAUSA REAL DO PROBLEMA / X - 11 - 4 -

~~ENCLOSURE~~

ENCAMINHAMENTO

NOME		FILIAÇÃO	
ESC.	PROF.	ENDEREÇO	
D. NASEC.	SPP (sit. prof. atuaç.)	CONSTELAÇÃO FAMILIAR	
NATUR.	T/ RJ	DOCUM.	
PROC.	D. ENTR.	ENCER.	TÉCNICO
ALIMENTAÇÃO	LBA	AT. DE FOBR.	
PAG. TAXAS	FUND. LEÃO XIII	AT. DE RESID.	
AUX. TRANSP.	ALBERGUES	ENT. DE ORIENT.	
FOTOS	1.º CSM	OUTROS	

7. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIALEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

MATRÍCULA : \_\_\_\_\_

ALUNO : \_\_\_\_\_

CURSO DE : \_\_\_\_\_

LOCAL : \_\_\_\_\_

INÍCIO : \_\_\_\_\_

TÉRMINO : \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO : \_\_\_\_\_

SEXO : \_\_\_\_\_ EST. CIVIL : \_\_\_\_\_

NATURALIDADE : \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO : \_\_\_\_\_

INSTRUÇÃO : \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA : \_\_\_\_\_

CONCLUSÃO \_\_\_\_\_

APROVEITAMENTO DO CURSO : \_\_\_\_\_  
aproveitamento do cursoENCAMINHAMENTO A ATIVIDADE PRÁTICA :  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_NOME DO INSTRUTOR :  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8. FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO

Literatura de Cordel

Autor: APOLÔNIO ALVES DOS SANTOS

A Feira Dos Nordestinos no  
Campo de São Cristovão - R.J.



Tip. Pontes - Rua Prof. Manoel Simões 20 - Guarabira - Paraíba

Quem viajar do Nordeste  
para o Rio de Janeiro  
no Campo de São Cristovão  
ficará bem prazenteiro  
pois avistará um quadro  
do nordeste brasileiro.

É a feira Nordestina  
que é tradicional  
desde de quarenta e cinco  
do nosso século atual  
que funciona essa feira  
ali naquele local.

No Campo de São Cristóvão  
se apresenta a figura  
das feiras do meu nordeste  
pois tudo tem com fartura  
desde a carne de sol  
peixe seco e rapadura.

Têm poetas violeiros  
cada qual bom menestrel  
e vários revendedores  
de folheto de cordel  
e boas comidas típicas  
buchada e sarapatel.

Também tem fumo de rolo  
inhame, manteiga e queijo

e tocador de sanfona  
fazendo aquele festejo  
recordando os bons forrós  
lá do torrão sertanejo.

É aonde os nordestinos  
encontram seus conhecidos  
avistando alguns parentes  
que não serão esquecidos  
e também sabem notícias  
de todos entes queridos.

Muitos trabalham a semana  
em obras de construção  
nos domingos vão a feira  
com grande satisfação  
comer as coisas gostosas  
pra recordar o sertão..

Tomar os vinhos gostosos  
de genipapo e caju  
aguardente caranguejo  
Serra do Norte e Pitu  
e comer de mandioca  
a tapioca ou beiju.

Tem peixe curimatã  
traira e avuador  
mocó e arribaçã  
mel de abelha e licor

e manteiga de garrafas  
que tem um outro sabor.

Tem o queijo de manteiga  
e o queijo de qualhada  
chapéu de palha e abano  
miudo pra feijoada  
costela e carne de sol  
para se comer assada.

Tem o tal feijão macassa  
fava e feijão mulatinho  
carneiro e carne de charque  
carne de bode e toucinho  
castanha e camarão seco  
e amendoim torradinho.

Tem o inhame do Norte  
e o cará São Tomé  
Alpercata de rabicho  
e a sandália do pé  
panonha, bolo e bolacha  
para se tomar café.

Tem tapetes de sisal  
esteiras de pirpiri  
e jaguárdente Ipioca  
Serra Preta e Parati  
do Estado de Sergipe  
tem cachaça Murici.

Tem redes do Ceará  
malas e chapéu de couro  
e vários Artezanatos  
feitos com finos decoro  
feirantes inteligentes  
ali se enche do ouro.

Tem cantadores de côco  
e famosos violeiros  
Palmeirinha e Curió  
Miguel, e Manoel Medeiros  
Azulão, e Apolônio  
dois poetas Folheteiros.

Nossa feira Nordestina  
já é uma tradição  
é um ponto pitoresco  
servindo de atração  
para turistas de fora  
que veem de outra Nação.

Existe um ponto chamado  
O CANTO DA POESIA  
dirigido por um vate  
moço de alta valia  
o embaixador da ordem  
dos Poetas da Bahia.

E o ponto Cultural  
para os pesquisadores

e todos estudiosos  
jornalistas, e escritores  
Reporteres e Cineastras  
inclusive Redatores.

Desde de quarenta e cinco  
em março do mesmo ano  
que João Batista da Costa  
um forte Paraibano  
por apelido "João Gordo"  
era dali veterano.

Debaixo de uma árvore  
ainda hoje existente  
João Gordo instalou ali  
uma banca permanente  
vendendo fumo de rolo  
carne seca e aguardente.

Noquele tempo era ali  
o final rodoviário  
dos pâus de arara do Norte  
até ganharem o salário  
João Gordo lhes fornecia  
os seus sustentos diários.

Tinha hospedagem e pensão  
para quem vinha do Norte  
muitos chegavam arrasados  
para tentarem a sorte

até arranjarem empregos  
tinham um protetor forte.

Alguns que tivesse prática  
para especulação  
João Gordo se interessava  
lhe dava logo uma mão  
fornecendo o necessário  
para negociação.

Assim criou-se a feirinha  
e foi se estabelecendo  
feirantes e camelôs  
foram ali aparecendo  
de formas que a feira foi  
de dia a dia crescendo.

O Governo do Estado  
com o Prefeito combina  
e fizeram uma opressão  
contra a feira nordestina  
tencionando acabá-la  
porque era clandestina.

Logo contra a nossa feira  
um grande complô se fez  
por não ser legalizada  
paralizou quase um mês  
mas por forte intervenção  
voltou a feira outra vez.

Manoel Alexandre Alves  
um nordestino de peito  
representante da feira  
fôra pedir ao Prefeito  
a nossa feira de volta  
e pelo qual foi aceito.

Também Ivan Figueiredo  
jornalista de bom tino  
fez reportagem e campanha  
em favor do nordestino  
que o Presidente Geisel  
foi favorável, ao destino.

Porque todos nordestinos  
todos domingos seguiam  
pro Campo de São Cristóvão  
e ali se reuniam  
mesmo sem haver a feira  
era aonde espaireciam.

E depois apareceu  
Agra Esperidião  
e criou uma entidade  
chamada Associação  
Protetora dos Nordestinos  
e teve repercussão.

A feira se dividiu  
para duas direções

Manoel Alexandre alves  
com as suas pretenções  
e Esperidião Agra  
com outra parte em ações.

Era a feira dirigida  
pela a Associação  
e ali todos feirantes  
para a sua proteção  
tinham uma carteirinha  
como identificação.

E depois que Manoel  
Alexandre, faleceu  
ficou seu filho Vavá  
assumindo o lugar seu  
fazendo do mesmo jeito  
que o seu pai prometeu.

Um filho do Sr. Agra  
uma excelente figura  
chamado Dr. Gilberto  
por ser homem de cultura  
aos Poetas da feira  
deu apoio e cobertura.

Para todos cordelistas  
ou poetas folheteiros  
ele mandou dispensar  
de pagar os tapoleiros

deando mais valor a arte dos poetas brasileiros.

Agora a feira passou  
pra outra administração  
pois uma força maior  
fez a Agra uma opressão  
que ele foi obrigado  
entregar a direção.

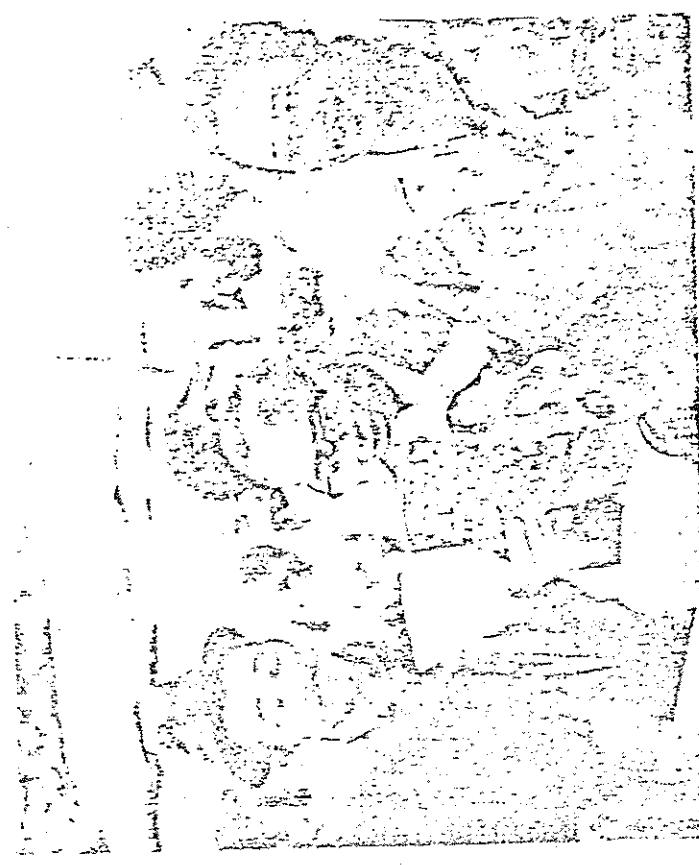
Ela agora em outra mão  
ninguém sabe o seu destino  
se vai ser legalizada  
conforme ouço e combino  
ou se vai se terminar  
o prazer do nordestino.

Aqui eu faço um apelo  
Ao governo do Estado  
Legalizar nossa feira  
Visando bom resultado  
Esperando a sua ajuda  
Serei bem congratulado.

FIM

**Festa dos Nordestinos  
do Campo de São Cristóvão**

Autor: José João dos Santos Azulão



Manoel Alexandre Alves  
Nome que ergue a bandeira  
Da terra paraibana  
Masculina e brasileira  
Seu nome a todo momento  
Symboliza um monumento  
Imortal da nossa Feira.

(Azulão)



1982

Conterrâneos nordestinos  
Vamos vibrar de alegria  
Porque voltou nossa feira  
Com toda mercadoria  
Do norte, tudo barato  
Mala, rede, artezanato  
Cantador e poesia

Voltou todos os domingos  
A mesma reunião  
De poeta e sanfoneiro  
Com desafio e baião  
Barraquinhas de picado  
Tudo agora organizado  
Com Vavá na direção.

São Cristóvão é nos domingos  
O ponto mais brasileiro  
Encontro dos nordestinos  
Que vem ao Rio de Janeiro  
Lá passam horas saudosas  
Comendo coisas gostosas  
E ouvindo um bom violeiro.

O nordestino que faz  
O grande Rio crescer  
Construindo arranha-céus  
Se arriscando a morrer  
Comandado pelos gringos  
Tem direito aos domingos

Ter um pouco de prazer.  
O campo de São Cristóvão  
Foi palco de tradição  
Dos primeiros nordestinos  
Que deixaram seu torrão  
Sua família querida  
Vieram tentar a vida  
Viajando em caminhão.

Depois de dez doze dias  
Numa viagem sofrida  
O campo de São Cristóvão  
Era o ponto de descida  
Onde cada nordestino  
Procurava seu destino  
Em busca de nova vida.

Iam para as construções  
Onde outros trabalhavam  
Trazendo carta e notícia  
Dos parentes que mandavam  
Aos domingos sem faltar  
São Cristóvão era o lugar  
Onde todos se encontravam.

Ali pasavam momentos  
De saudade e alegria  
Comprando coisa do norte  
Que um é outro trazia

Fazendo reunião  
No ponto da condução  
De quem vinha e de quem ia.

O saudoso João Batista  
Por João Gordo conhecido  
Foi quem primeiro vendeu  
Artigo de lá trazido  
Popular e soridente  
Conquistou aquela gente  
Ficando o mais preferido.

Por sua iniciativa  
De homem trabalhador  
Dos artigos do nordeste  
Tornou-se agenciador  
Motorista já sabia  
Fumo e rede que trazia  
João Gordo era o comprador.

E assim devagarinho  
Parecendo brincadeira  
Sofreu bastante do raga  
Apreenção e carreira  
Por força e impulso dele  
Estamos certos que ele  
Foi quem fundou nossa feira.

Depois foi aparecendo  
Vendelhão de todo lado

Tornou-se ali um pedaço  
Do norte, muito animado  
Foi a feirinha aumentando  
E aquele povo ficando  
Com a feira acostumado.

Para matar as saudades  
A feirinha era um consolo  
Fava, feijão e farinha  
Beijú, tapioca e bolo  
Rapadura e requeijão  
Alpargata e cinturão  
Cachimbo e fumo de rolo.

Chinelo e chapéu de couro  
Maleta feita de sola  
Alcapão pra passarinho  
Colher de pau e gaiola  
Apareceu folhetairo  
Depois chegou sanfoneiro  
E cantador de viola.

Café picado de porco  
Pamonha e milho cozido  
Ribaçã, carne do sol  
Mel de abelha garantido  
Feijão verde do sertão  
Dando a gente a impressão  
Que o norte estava chovido.

Um pedaço do nordeste  
 Se via na Guanabara  
 Tinha até gente do Sul  
 Conhecida pela a cara  
 Um vinha para conhecer  
 Um comprar outro vender  
 Na feira dos paus-de-arara.

Pela fiscalização  
 Que a lei assim determina  
 Foi considerada a feira  
 ilegal e clandestina  
 Veio o rapa um certo dia  
 Acabou toda a alegria  
 Da feirinha nordestina.

Manoel Alexandre Alves  
 Um nordestino peitudo  
 Disse para os conterrâneos,  
 Com fé em Deus lhes ajudo  
 Eu vou às autoridades  
 Explico todas verdades  
 E tomo conta de tudo.

Reuniu todos feirantes  
 E criou a União  
 Beneficente, no Rio  
 Dando à feira a proteção  
 Logo o abastecimento  
 Deu pleno consentimento

Junto a fiscalização.

Fez mais de trezentas bancas  
 Pra toda mercadoria  
 Carteiras para os feirantes  
 Que o estatuto exigia  
 Depois de livre a proposta  
 A União foi composta  
 De uma diretoria.

Foi quando a feira acendeu  
 Igual uma luz bem clara  
 Turista de toda parte  
 Que vinha pra Guanabara  
 Ia conhecer e filmar  
 Comer picado e comprar  
 Artigos dos Paus-de-Arara.

Quando a feira estava grande  
 Completa igualmente um ôvo  
 Veio uma política contra  
 A Manoel com nosso povo  
 Como vingança e pressão  
 Fizeram grande invasão  
 E a feira acabou de novo.

Procederam com Manoel  
 Um ato de covardia  
 Prenderam muitos feirantes  
 Tomando a mercadoria

E num gesto de desprezo  
Até Manoel foi preso  
Com todo a diretoria.

Depois ~~deve~~ pagar fiança  
Foi solto com sua gente  
E retirado da feira  
Por definitivamente  
Então ~~despois~~ dessa hora  
Manoel ~~foi~~ tirado fora  
E outro ~~vem~~ou a frente.

Tomou com a intenção  
De explorar o feirante  
Mas Manoel Alexandre  
Revoltado ~~é~~ vigilante  
Rebentou ~~a~~da barreira  
E entrou ~~dentro~~ da feira  
Com coragem de gigante

Entre Manoel e Agra  
A feira ~~foi~~ dividida  
Mas Manoel atravessava  
Uma fase cravida  
Sobre calúnia e pressão  
Mentira e perseguição  
Infernando a sua vida.

Então num domingo cedo  
Manoel sentiu-se doente

Quando era entrevistado  
Na feira, por muita gente  
De repórter de jornal  
Num derrame cerebral  
Morreu estupidamente.

Morreu pelo o bem da feira  
Porém seu filho ficou  
Pra defender os direitos  
Que seu pai tanto lutou  
Hoje Vavá é quem vibra  
com a coragem e a fibra  
Que de Manoel herdou.

Porém as autoridades  
Fizeram uma intervenção  
Na parte do senhor Agra  
Contra aquela exploração  
Lhe deram a maior carreira  
E Vavá de toda a feira  
Assumiu a direção.

Assumiu e vai ficar  
Esta é nossa esperança  
Nas dignas autoridades  
Que garantem a segurança  
Com certeza absoluta  
Provando assim que quem luta  
Com fé em Deus tudo alcança.

Com o Vavá na direção  
Nessa feira agora vai  
Atingir o ponto máximo  
Grande sonho do seu pai  
Sem política, sem questão  
E mesmo estando na mão  
Da Vavá, ela não cai

Já terminou meu livreto  
Agora peço ao leitor  
Zelar por este livrinho  
Um conselho de valor  
Lendo o folheto e comprando  
Assim está ajudando  
O azulão cantador.

## 9 - SIGLAS UTILIZADAS

- APPS - Programa de Assistência à População com Problemas de Subsistência (COBES).
- AVIM - Associação de Voluntários para a Integração do Migrante.
- CAR - Coordenadoria de Ação Regional (SEPS).
- CAS - Coordenadoria de Apoio Social (SEPS)
- CCO - Centro de Controle Operacional (Metrô-SP).
- CDS - Conselho de Desenvolvimento Social (Presidência da República).
- CEM - Centro de Estudos Migratórios.
- CETREMI - Centro de Triagem e Encaminhamento.
- COBES - Coordenadoria de Bem-Estar Social (Prefeitura-SP).
- DODERTE - Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais.
- DAIS - Departamento de Amparo e Integração Social (CAS).
- DAMS - Departamento de Assistência Médico-Social (CAS)
- DAR I e II - Divisão de Atendimento e Recuperação I e II (DAMS)
- DRT - Delegacia Regional do Trabalho (Ministério do Trabalho).
- FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.
- LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência.
- MINTER - Ministério do Interior.
- MOBRAL - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização.
- NUFORT - Programa Núcleo de Formação e Orientação para o Trabalho (COBES).
- PEMI - Programa Estadual de Migrações Internas.
- PIPCE - Programa de Integração Comunidade-Empresa (SMD).
- PRODOC - Programa Provisão de Documentos (COBES).

- SAMI - Sub-Programa Serviço de Atendimento ao Migrante, do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas.
- SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
- SEPS - Secretaria de Estado da Promoção Social (São Paulo).
- SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (extinto).
- SIMI - Sub-Programa Sistema de Informações sobre Migrações Internas, do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas.
- SMD - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro.
- SURS - Supervisão Regional do Serviço Social (COBES).